



PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

2025

Demonstração Financeira Consolidada em IFRS

30 de março de 2026



São Paulo, 30 de março de 2026

Carta de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), encaminhamos as demonstrações financeiras consolidadas do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (“PagSeguro” ou “Companhia” ou “Grupo”) em IFRS, que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do Grupo PagSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As demonstrações financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 31 de março de 2026 e podem ser acessadas por meio do link: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>.

Atenciosamente,

PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Signed by:

Gustavo Sechin

28DA97BA63DD4B7...
Gustavo Bahia Gama Sechin
Diretor Vice-presidente

Signed by:

Wilson Lima

DB90A8D2053B48C...
Wilson Gomes de Lima
Contador – CRC: 1SP212238/O-0

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração financeira consolidada

Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Demonstrações financeiras consolidadas

Relatório da administração.....	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	7
Balanço patrimonial consolidado.....	12
Demonstração de resultado consolidado.....	14
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	15
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.....	18

Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do Consolidado PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A., subsidiária da PagSeguro Digital Ltda. ("PagSeguro Digital") e BS Holding Ltda ("BS Holding") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

O PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. em conjunto das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo PagSeguro"), as empresas: Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A ("Biva Sec"), Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – PagSeguro ("FIDC), Fundo de investimentos em Direitos Creditórios – Pagbank Multiadquirência ("FIDM"), Concil Inteligência em Conciliação S.A. ("Concil"), Wirecard Brazil ("MoiP") e Netpos Serviços de Informática S.A. ("Netpos"), é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. O Grupo obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo PagSeguro obteve R\$**431,5** bilhões de valor financeiro transacionado em aquisição (R\$492 bilhões em 31 de dezembro de 2024) e atingiu **6,3** milhões (6,3 milhões em 31 de dezembro de 2024) de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses).

O Grupo obteve lucro líquido de R\$**1.873,7** milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.818,7 em 31 dezembro de 2024), os principais fatores destacados abaixo:

- (i) As receitas financeiras totalizaram o montante de R\$**11.584,5** milhões (R\$9.150,2 milhões em 31 de dezembro de 2024) substancialmente representada pela receita de antecipação.
- (ii) A receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$**8.342,7** milhões (R\$8.730,5 em milhões em 31 de dezembro de 2024) substancialmente representada pela receita de intermediação da aquisição.
- (iii) Os custos das vendas e dos serviços totalizaram R\$**9.417,9** milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.322,2 milhões em 31 dezembro de 2024), sendo representado em sua maioria pelo custo de transação em R\$**6.895,5** milhões.
- (iv) As despesas financeiras totalizaram R\$**6.295,2** milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.959,4 milhões em 31 dezembro de 2024), sendo composto substancialmente pelos juros sobre o empréstimo realizado junto ao BancoSeguro que totalizam o montante de R\$**5.178,2** (R\$2.256,9 milhões em 31 dezembro de 2024).
- (v) As despesas com vendas totalizaram R\$**1.835,0** milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.938,7 milhões em 31 dezembro de 2024), esse custo está relacionado aos gastos com marketing e publicidade devido a estratégia de expansão da marca.

Relatório da Administração – Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os ativos do Grupo totalizaram **R\$71.115,0** milhões (R\$67.349,1 milhões em 31 dezembro de 2024). O principal ativo do Grupo refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de **R\$56.160,3** milhões (R\$53.590,8 milhões em 31 dezembro de 2024), sendo substancialmente composto pelo contas a receber da adquirência no valor de **R\$55.952,9** milhões (R\$53.497,3 milhões em 31 dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou **R\$6.618,9** milhões (R\$10.846,0 em 31 de dezembro de 2024) sendo composto principalmente pelo capital social integralizado. No segundo semestre de 2025 a administração do Grupo aprovou a distribuição de dividendos no montante de **R\$5.107,9** milhões reduzindo o saldo da reserva de lucros acumulados.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do Grupo em ser uma empresa disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de **R\$2.230,5** milhões em intangíveis e imobilizados, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e POS.

São Paulo, 30 de março de 2026.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Conglomerado PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Exercício de 2025 – PagSeguro IP

O Comitê de Auditoria do Conglomerado do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A., instituição líder (“Comitê”), foi formalmente constituído em 20 de março de 2026, em conformidade com a regulamentação aplicável, por meio da instituição líder do conglomerado. Esta reunião corresponde à segunda reunião formal do Comitê, realizada com o objetivo analisar e emitir recomendação quanto às Demonstrações Financeiras consolidada e individual do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (“Demonstrações Financeiras PagS IP”) e as Demonstrações Financeiras de PagInvest Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Demonstrações Financeiras PagInvest” e denominadas, em conjunto com Demonstrações Financeiras PagS IP, “Demonstrações Financeiras”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Ressalte-se que, em razão de sua constituição após o encerramento do exercício de 2025, o Comitê não acompanhou a condução das operações, a efetividade dos controles internos ou os trabalhos de auditoria ao longo do referido exercício, tampouco participou das decisões gerenciais então adotadas. Assim, nesta segunda reunião, sua atuação foi de caráter retrospectivo (ex post), com base na análise de documentos, relatórios e informações previamente elaborados pelos órgãos da administração, pelas áreas de controle e pelas auditorias interna e independente.

Com base na documentação analisada, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente e não identificou indícios de falhas relevantes, limitações de escopo ou comprometimento da independência dos auditores. Da mesma forma, não foram identificadas, nos relatórios avaliados, deficiências relevantes nos controles internos ou no cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis que pudessem afetar materialmente as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Diante do exposto, e nos limites de sua análise documental, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras, com data-base em 31 de dezembro de 2025, pelos órgãos competentes de governança.

São Paulo/SP, 27 de março de 2026.



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações financeiras consolidada
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
PagSeguro Internet Instituição de
Pagamento S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

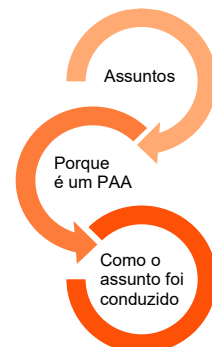
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. e suas controladas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Controles gerais de tecnologia da informação</p> <p>Tendo em vista o volume significativo de transações operacionais e pelo fato das operações da Instituição e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.</p> <p>Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas que impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <p>Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles com dependências de TI, a citar como exemplo, conciliação de saldos e processos automatizados executados pela Administração.</p> <p>Avaliação da efetividade do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação e cibersegurança implementados pela Instituição realizado pelo time de especialistas de TI, para as dimensões e processos relevantes que suportam as operações em escopo de auditoria e preparação das demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Instituição.</p> <p>Acompanhamento periódico das ações planejadas e implementadas pela Administração no aprimoramento do ambiente de controles internos para tecnologia da informação por meio de reuniões e reportes executivos obtidos com a Administração.</p> <p>Caso aplicável, avaliação dos aspectos identificados pelo time de especialistas de TI, revisão da abordagem de auditoria e execução de procedimentos complementares para conforto na opinião de auditoria.</p> <p>Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. e suas controladas

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



PagSeguro Internet Instituição de
Pagamento S.A. e suas controladas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



PagSeguro Internet Instituição de
Pagamento S.A. e suas controladas

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Fabio Araujo

1295B68D319F49F
Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	31 de dezembro de 2023 (não auditado)
Ativo				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.312.975	791.413	1.945.378
Aplicações financeiras	6	420.785	251.913	94.811
Reservas compulsórias	7	1.235.743	1.567.089	1.228.855
Contas a receber	8	55.661.882	53.107.625	27.205.404
Operações de crédito	9	994.495	659.985	618.316
Partes relacionadas	11	2.865.261	3.061.109	1.718.320
Instrumentos financeiros derivativos	27	4.894	58.470	-
Impostos a recuperar	10	394.479	497.727	501.452
Outras contas a receber		183.684	163.161	165.869
Total Ativo Circulante		63.074.198	60.158.492	33.478.405
Ativo Não Circulante				
Contas a receber	8	498.374	483.166	250.501
Operações de crédito	9	21.314	12.735	7.733
Partes relacionadas	11	390.650	332.718	294.033
Impostos a recuperar	10	654.768	318.197	-
Depósitos judiciais		235.511	209.204	191.424
Imposto de renda diferido	21	624.383	433.542	431.425
Outras contas a receber		47.994	25.145	9.515
Imobilizado	12	2.538.920	2.569.851	2.449.188
Intangível	13	3.028.910	2.806.064	2.478.563
Total Ativo Não Circulante		8.040.824	7.190.622	6.112.382
Total do Ativo		71.115.022	67.349.114	39.590.787

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	31 de dezembro de 2023 (não auditado)
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo Circulante				
Obrigações com terceiros	14	10.759.195	11.569.164	9.831.192
Conta Digital	16	833.022	1.058.279	2.143.294
Obrigações com cotistas	15	1.171.463	1.151.384	118.986
Empréstimos	20	2.436.846	4.521.503	189.427
Instrumentos financeiros derivativos	27	87.260	2.788	17.631
Fornecedores		710.735	840.767	622.563
Dividendos a pagar	22	3.344.150	-	-
Partes relacionadas	11	41.591.438	33.876.053	13.286.649
Salários e encargos	17	305.721	316.995	277.648
Impostos a pagar	18	507.566	499.016	414.187
Provisões para contingências	19	66.138	10.096	43.074
Receita diferida		97.512	129.207	128.052
Outros passivos		37.148	96.109	30.592
Total Passivo Circulante		61.948.194	54.071.361	27.103.295
Passivo Não Circulante				
Obrigações com terceiros	14	55.931	84.570	185.861
Imposto de renda diferido	21	2.370.007	2.178.340	2.246.247
Provisões para contingências	19	45.231	71.140	5.729
Receita diferida		12.253	16.579	17.724
Outros passivos LP		64.492	81.103	118.346
Total Passivo Não Circulante		2.547.914	2.431.732	2.573.907
Total Passivo		64.496.108	56.503.093	29.677.202
Patrimônio Líquido				
Capital social	22	5.473.662	4.678.580	4.678.580
Reserva de Retenção de Lucros	22	505.233	5.301.056	4.526.621
Outros Resultados Abrangentes	22	(219.621)	(94.341)	(11.135)
Total Patrimônio Líquido		5.759.274	9.885.295	9.194.066
Acionistas minoritários	22	859.640	960.726	719.519
Total Passivo e Patrimônio Líquido		71.115.022	67.349.114	39.590.787

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração de resultado do exercício consolidada

(Em milhares de reais – R\$, exceto as informações de quantidade de ações e lucro por ação)

	Note	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Receitas de prestação de serviços	23	8.342.734	8.730.542
Receitas financeiras	23	11.584.513	9.150.180
Outras receitas financeiras	23	632.941	366.447
Total das receitas		20.560.188	18.247.169
Custo dos serviços prestados	24	(9.417.891)	(9.276.035)
Despesas de vendas	24	(1.835.034)	(1.938.659)
Despesas com perda esperada de crédito	24	(77.186)	(84.454)
Despesas administrativas	24	(704.884)	(838.059)
Despesas financeiras	24	(6.295.199)	(3.959.419)
Outras despesas	24	(218.873)	(302.103)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.011.121	1.848.440
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(72.067)	(58.518)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	(65.300)	28.789
Imposto de renda e contribuição social		(137.367)	(29.729)
Lucro Líquido do exercício		1.873.754	1.818.711
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		828.071	1.056.170
Acionistas não controladores em controladas		1.045.684	762.541
Total de ações		1.662.133.845	1.662.133.845
Lucro por ação		0,00113	0,00109

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes consolidada
(Em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2024 (não auditado)</u>
Lucro líquido do exercício	1.873.754	1.818.711
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda e instrumentos derivativos	(167.875)	(111.496)
Imposto de renda diferido	42.595	28.290
Resultado abrangente exercício	1.748.474	1.735.505

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidada
(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio líquido	Acionistas minoritários	Total
		Reserva legal	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	4.678.580	307.875	-	4.218.746	(11.135)	9.194.066	719.519	9.913.585
Lucro líquido do exercício	22	-	-	1.056.170	-	1.056.170	762.541	1.818.711
Aumento de capital	22	-	-	-	-	-	288.784	288.784
Constituição de reserva legal	22	56.713	-	(56.713)	-	-	-	-
Perdas em ativos financeiros avaliados em ORA	22	-	-	-	(85.472)	(85.472)	-	(85.472)
Perdas em derivativos avaliados em ORA	22	-	-	-	2.266	2.266	-	2.266
Reserva de capital	22	-	(392)	-	-	(392)	-	(392)
Dividendos distribuídos	22	-	-	(281.343)	-	(281.343)	(810.118)	(1.091.461)
Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	4.678.580	364.588	(392)	4.936.860	(94.341)	9.885.295	960.726	10.846.021
Lucro líquido do exercício	22	-	-	828.070	-	828.070	1.045.684	1.873.754
Aumento de capital	22	795.082	-	(795.082)	-	-	-	-
Perdas em ativos financeiros avaliados em ORA	22	-	-	-	(120.692)	(120.692)	-	(120.692)
Perdas em derivativos avaliados em ORA	22	-	-	-	(4.588)	(4.588)	-	(4.588)
Reserva de capital	22	-	(2.263)	-	-	(2.263)	-	(2.263)
Dividendos distribuídos	22	-	-	(4.826.548)	-	(4.826.548)	(1.146.770)	(5.973.318)
Em 31 de dezembro de 2025	5.473.662	364.588	(2.655)	143.300	(219.621)	5.759.274	859.640	6.618.914

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração de fluxo de caixa consolidada

(Em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos sobre a renda		2.011.121	1.848.440
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	25	1.783.155	1.583.842
Perdas totais	25	213.236	281.150
Despesas de provisão para perdas de crédito	25	77.862	84.454
Provisão para contingências		87.984	(75.005)
Perda na alienação de ativos imobilizados, intangíveis e de investimento	13/14	184.147	185.889
Juros apropriados		5.221.904	2.288.348
Mudanças em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(8.292.314)	(30.260.200)
Carteira de crédito		(151.090)	(379.672)
Reservas compulsórias		475.436	(262.023)
Aplicações financeiras		(166.019)	(104.090)
Impostos a recuperar		(199.998)	(272.520)
Depósitos judiciais		7.645	8.252
Outros recebíveis		(43.372)	(13.121)
Receita diferida		(36.021)	11
Outros passivos		(66.867)	36.772
Obrigações com terceiros		(801.308)	1.634.807
Instrumentos financeiros derivativos		112.146	(14.843)
Conta digital		(225.256)	(1.085.015)
Obrigações com cotistas de FIDC		(50.608)	1.081.790
Fornecedores		(126.698)	222.565
Créditos (obrigações) com partes relacionadas		2.675.130	17.237.114
Salários e encargos sociais		(11.274)	39.347
Impostos e contribuições		(6.543)	74.010
Provisão para contingências		(62.536)	99.080
		2.609.862	(5.760.618)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(72.523)	(61.417)
Juros recebidos		5.167.120	3.959.261
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.704.459	(1.862.774)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	12	(1.043.221)	(1.135.191)
Aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis	13	(1.187.331)	(1.143.511)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.230.552)	(2.278.702)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos	20	6.198.654	8.883.160
Pagamento de empréstimos	20	(8.504.049)	(4.785.598)
Pagamento de arrendamentos	12	(19.621)	(18.590)
Distribuição de dividendos	22	(2.627.329)	(1.091.461)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.952.345)	2.987.511
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	791.413	1.945.378
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	1.312.975	791.413

As notas explicativas são parte integrante dessa demonstração financeira consolidada.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Informações gerais

O Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (“PagSeguro” ou “Companhia”), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. (“PagSeguro Digital”) e da BS Holding Ltda (“BS Holding”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, a veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

O PagSeguro obteve, em 17 de outubro de 2018, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o Grupo passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

O PagSeguro em conjunto com as suas subsidiárias (“Grupo PagSeguro” ou “Grupo”) consolida as empresas: Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A (“Biva Sec”), Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – PagSeguro (“FIDC”), Fundo de investimentos em Direitos Creditórios – Pagbank Multiadquirência (“FIDM”), Concil Inteligência em Conciliação S.A. (“Concil”), Wirecard Brazil (“MoiP”) e Netpos Serviços de Informática S.A. (“Netpos”).

A MOIP que teve sua operação migrada para o PagSeguro em agosto de 2023 teve a revogação da licença de instituição de pagamento pelo BACEN em outubro de 2025, maiores detalhes na nota 4.

Essa demonstração financeira consolidada inclui todas as empresas mencionadas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis.

2.1. Base de preparação das informações financeiras consolidadas

O Grupo apresentou suas primeiras demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em decorrência da alteração do seu segmento prudencial para S3 de acordo com a Resolução CMN 4.553/2017, adotando o IFRS 1 – Adoção Inicial das IFRS como base para a transição. Conforme requerido pelo IFRS 1, foram aplicadas retroativamente todas as normas vigentes na data de transição, exceto para as isenções e exceções opcionais previstas no pronunciamento, as quais foram utilizadas quando consideradas apropriadas.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*", e divulgam todas (e apenas) as informações materiais aplicáveis relacionadas às demonstrações financeiras, sendo consistentes com aquelas utilizadas pela administração no desempenho de suas funções. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de reais, salvo indicação em contrário, que é a moeda funcional do Grupo PagSeguro.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo PagSeguro. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou aquelas em que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A demonstração financeira consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi autorizada para emissão pelo comitê de auditoria em 27 de março de 2026.

As políticas contábeis e as estimativas e julgamentos contábeis críticos adotados são consistentes com aqueles do exercício financeiro anterior e do período de reporte correspondente, exceto pela adoção de novas normas e emendas às *IFRS Accounting Standards* conforme descrito abaixo.

2.2. Base de consolidação

O Grupo PagSeguro consolida todas as entidades sobre as quais possui controle. O controle é obtido quando o Grupo PagSeguro está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre as atividades relevantes da investida.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a PagSeguro Digital detém controle. As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o Grupo PagSeguro obtém o controle, e deixam de ser consolidadas quando o Grupo PagSeguro perde o controle sobre elas. As subsidiárias incluídas no processo de consolidação estão descritas na Nota 4.

Alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultem na perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**2.3. Moedas estrangeiras**i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio à vista da moeda funcional na data de reporte.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão, ao final do exercício, de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações iniciais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de caixa de curto prazo e não para investimento ou quaisquer outros propósitos. O Grupo PagSeguro classifica como equivalentes de caixa um investimento financeiro que possa ser imediatamente convertido em um valor conhecido de caixa e que esteja sujeito a risco imaterial de alteração de valor. O Grupo PagSeguro classifica como equivalentes de caixa os instrumentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos.

2.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequentei) Ativos financeirosReconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“ORA”) ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para sua gestão. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo, deduzidos, no caso de ativos que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de OCI, ele deve gerar fluxos de caixa que consistam exclusivamente em pagamentos de principal e juros (“SPPI”) sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é conhecida como teste SPPI e é realizada no nível de cada instrumento. Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPI são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

O modelo de negócios do Grupo para gestão de ativos financeiros refere-se à forma como esses ativos são administrados para gerar fluxos de caixa. O modelo determina se os fluxos de caixa resultarão de recebimento dos fluxos contratuais, venda dos ativos financeiros, ou ambos. Ativos financeiros classificados ao custo amortizado são mantidos em um modelo cujo objetivo é reter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de OCI são mantidos em um modelo cujo objetivo é tanto receber os fluxos de caixa contratuais quanto vender os ativos, como os investimentos financeiros divulgados na Nota 7.

Os ativos financeiros incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, reservas compulsórias, contas a receber, operações de crédito, valores a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser: (i) ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA).

Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado relacionados a instrumentos de dívida são posteriormente mensurados utilizando o método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos à perda por *impairment*. Já os ativos financeiros ao custo amortizado relacionados a instrumentos patrimoniais são mensurados pelo custo de aquisição. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou quando ocorre *impairment*.

Os ativos financeiros do Grupo classificados ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, reservas compulsórias, contas a receber, operações de crédito, depósitos judiciais, valores a receber de partes relacionadas e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados pelo valor justo no balanço patrimonial, com os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria incluem instrumentos financeiros derivativos.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA**

Para instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de ORA, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões por *impairment* são reconhecidas no resultado, da mesma forma que ocorre com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos de dívida do Grupo mensurados ao valor justo por meio de ORA incluem o contas a receber tratadas na Nota 9. O Grupo identificou que determinados recebíveis de bandeiras e adquirentes — originados após setembro de 2024 e geridos separadamente — se enquadram em um modelo de negócios voltado a coletar e vender, sendo, portanto, mensurados ao valor justo por meio de ORA (VJORA).

No reconhecimento inicial, o Grupo pode eleger, de forma irrevogável, classificar seus investimentos em instrumentos de capital como instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), quando tais instrumentos atendem à definição de patrimônio, conforme a IAS 32 – Financial Instruments: Presentation, e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada instrumento por instrumento.

Baixa

Um ativo financeiro — ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes — é baixado quando:

- expiram os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo; ou
- o Grupo PagSeguro transfere seus direitos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assume a obrigação de repassar integralmente esses fluxos de caixa a um terceiro por meio de um acordo de repasse (“pass-through”); e

(a) transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou

(b) não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas transfere o controle do ativo.

Quando o Grupo PagSeguro transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, mas não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, o ativo é reconhecido na extensão do envolvimento continuado do Grupo no ativo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma consistente com os direitos e obrigações que o Grupo retém.

O envolvimento continuado na forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor entre: o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo pode ser obrigado a devolver.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)ii) Impairment de ativos financeiros

Grupo PagSeguro avalia, na data do balanço, se houve aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial, de modo que um ativo financeiro — ou grupo de ativos — esteja deteriorado (impairment).

O Grupo reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECL) para todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. As perdas esperadas de crédito são calculadas com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devido conforme o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem os valores decorrentes da venda de garantias vinculadas ao contrato ou quaisquer melhorias de crédito que façam parte dos termos contratuais

As perdas esperadas de crédito (ECLs) são reconhecidas em três estágios. Para exposições de crédito nas quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são constituídas para perdas de crédito que podem resultar de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses). Para aquelas exposições de crédito nas quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento, independentemente do momento em que ocorra a inadimplência (ECL ao longo da vida).

O Grupo aplica uma política de risco de crédito considerando a possibilidade de inadimplência por: (a) emissores de cartão, que têm a obrigação de repassar às bandeiras de crédito e débito as taxas cobradas pelas transações realizadas por seus portadores; e/ou (b) adquirentes, que são utilizados pelo Grupo PagSeguro para aprovar transações junto aos emissores. Para mitigar esse risco, o Grupo PagSeguro criou um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, responsável por avaliar o nível de risco de cada emissor de cartão atendido pelo Grupo PagSeguro, conforme discutido na Nota 26.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de ORA, o Grupo avalia, em todas as datas de reporte, se o instrumento é considerado de baixo risco de crédito, utilizando todas as informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao realizar essa avaliação, o Grupo reavalia a classificação de risco interna do instrumento de dívida. Os instrumentos de dívida do Grupo mensurados ao valor justo por meio de OCI incluem investimentos em Títulos do Tesouro Nacional e Contas a Receber, considerados investimentos de baixo risco de crédito.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)iii) Passivos financeirosReconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. O Grupo PagSeguro determina a classificação de seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros incluem valores a pagar a terceiros, contas digitais, empréstimos, dividendos a pagar, obrigações com cotistas do FIDC, valores a pagar a partes relacionadas, fornecedores e outros passivos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser a seguinte:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Passivos financeiros e os respectivos derivativos específicos contratados com o objetivo de proteger contra risco de exposição ao valor justo também são designados como hedge de fluxo de caixa e hedge de valor justo.

Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos para venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de contabilidade de hedge definidos pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Ganhos e perdas relacionados a passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos que geram juros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva é registrada em “Custos financeiros” na demonstração do resultado.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**Baixa**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com o mesmo credor, mas com termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença entre os valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Instrumentos financeiros – compensação (offsetting)

Ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal existente e exequível de compensar os valores reconhecidos e a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é determinado com base nos preços cotados no mercado na data do balanço, sem dedução de custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de transações recentes realizadas em condições de mercado, referência a outros instrumentos similares, análise de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação.

vi) Classificação entre circulante e não circulante

O Grupo PagSeguro apresenta ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional; (ii) é mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se que seja realizado em até doze meses após a data de reporte; ou (iv) trata-se de caixa ou equivalente de caixa, salvo quando houver restrição para sua utilização na liquidação de passivos por pelo menos doze meses após a data de reporte. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado no curso normal do ciclo operacional; (ii) é mantido principalmente para negociação; (iii) sua liquidação é exigida dentro de doze meses após a data de reporte; ou (iv) não há direito incondicional de postergar a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data de reporte.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**vii) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato derivativo é firmado, e subsequentemente são remensurados ao valor justo ao final de cada período de reporte. O tratamento contábil para as variações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ter sido designado para contabilidade de hedge e, em caso positivo, da natureza do item coberto. O Grupo aplica contabilidade de hedge e designa determinados derivativos como:

- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

Os valores justos dos diversos instrumentos derivativos utilizados para fins de cobertura são divulgados na Nota 28.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das alterações no valor justo de derivativos designados e que se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, em “ajustes de avaliação patrimonial”. Ganhos ou perdas relacionados à parcela inefetiva são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado como “despesas financeiras”.

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, dentro do patrimônio líquido. Ganhos ou perdas referentes à parcela inefetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, dentro de “despesas financeiras”.

Quando contratos a termo (*forward*) são utilizados para fazer hedge de transações previstas, o Grupo geralmente designa apenas a variação no valor justo do componente à vista (*spot*) do contrato como instrumento de *hedge*. Ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva das mudanças no componente spot dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A variação no componente a termo (*forward points*) relacionada ao item objeto de hedge é reconhecida no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, como custos da reserva de *hedge*.

Em certos casos, o Grupo pode designar toda a variação no valor justo do contrato a termo (incluindo *forward points*) como instrumento de *hedge*. Nesses casos, ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva das mudanças no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa.

Quando o item objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, imobilizado), os ganhos e perdas de hedge diferidos e o valor temporal diferido dos *forward points*, quando aplicável, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos posteriormente no resultado quando o item coberto afetar o resultado (por exemplo, por meio do custo das vendas).

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

Ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros utilizados para *hedge* de empréstimos de taxa variável são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras, simultaneamente ao reconhecimento das despesas de juros dos empréstimos cobertos.

Quando um instrumento de *hedge* expira, é vendido ou encerrado, ou quando o *hedge* deixa de atender aos critérios de contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado e diferido, bem como os custos de *hedge* existentes no patrimônio líquido, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como imobilizado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, o ganho ou perda acumulado e os custos de *hedge* anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

(b) Inefetividade de *hedge*

A inefetividade do *hedge* é determinada no início da relação de *hedge* e por meio de avaliações prospectivas periódicas de efetividade, a fim de garantir a existência de uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*.

No caso de *hedges* de compras em moeda estrangeira, o Grupo realiza operações de *hedge* quando os termos críticos do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos críticos do item coberto.

Assim, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade. Se mudanças nas circunstâncias afetarem os termos do item coberto de forma que os termos críticos deixem de corresponder exatamente aos do instrumento de *hedge*, o Grupo aplica o método do derivativo hipotético para avaliar a efetividade.

Em *hedges* de compras em moeda estrangeira, a inefetividade pode ocorrer se o prazo da transação prevista mudar em relação ao período originalmente estimado, ou se houver alterações no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

O Grupo celebra *swaps* de taxa de juros com termos críticos semelhantes aos do item coberto, como taxa de referência, datas de reajuste, datas de pagamento, vencimentos e valores nominais. O Grupo não faz *hedge* de 100% de seus empréstimos e, portanto, o item coberto é identificado como a proporção dos empréstimos em aberto até o valor nominal dos *swaps*. Como todos os termos críticos coincidiram ao longo do ano, a relação econômica apresentou 100% de efetividade.

A inefetividade de *hedge* dos *swaps* de taxa de juros é avaliada utilizando os mesmos princípios aplicados aos *hedges* de compras em moeda estrangeira. Essa inefetividade pode surgir devido a:

- ajustes de valor de crédito/ ajustes de valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não são refletidos no empréstimo coberto; e

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

- diferenças em termos críticos entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos.

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Alterações no valor justo de tais derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como “despesas financeiras”.

2.6. Contas a receber

As contas a receber incluem principalmente os valores provenientes de emissores e adquirentes de cartões de crédito e débito, originados das transações processadas pela plataforma de pagamento do Grupo PagSeguro. Quando o prazo é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas como ativo circulante; caso contrário, como ativo não circulante.

Para recebíveis de cartões de débito e crédito de clientes, como são compostos por transações aprovadas por grandes instituições financeiras que possuem baixo risco geral, conforme classificações atribuídas por grandes agências de rating, o Grupo PagSeguro avalia seu risco de crédito esperado como baixo. Essa avaliação é constantemente atualizada considerando fatores externos, como ratings da FITCH, S&P e Moody's.

O Grupo PagSeguro incorre em despesas financeiras quando opta por receber antecipadamente os valores de contas a receber das instituições financeiras. Essa despesa financeira é reconhecida no momento em que a instituição financeira concorda em liquidar antecipadamente os recebíveis parcelados, sendo registrada como “despesas financeiras” na demonstração do resultado.

2.7. Operações de crédito

A carteira de crédito inclui empréstimos, recebíveis de cartão de crédito e empréstimos originadas na plataforma digital do Grupo PagSeguro.

Para a carteira de crédito, a metodologia de cálculo da provisão para perda por impairment é revisada periodicamente e calculada com base na multiplicação dos seguintes fatores:

- Probabilidade de Inadimplência (PD – *Probability of Default*): probabilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações contratuais;
- Exposição na Data do *Default* (EAD – *Exposure at Default*): montante exposto ao risco de crédito no momento da inadimplência;
- Perda Dada a Inadimplência (LGD – *Loss Given Default*): percentual da exposição que não se espera recuperar no caso de inadimplência.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

O Grupo PagSeguro utiliza um modelo de classificação de risco de crédito que avalia o risco de insolvência e inadimplência das contrapartes, cujas metodologias e regras são definidas em normas e políticas internas. O principal objetivo desse modelo é atribuir uma classificação à probabilidade de inadimplência do cliente (Probability of Default – PD), utilizando fatores objetivos que combinam informações econômicas e financeiras do cliente e de seu grupo econômico com as garantias acessórias oferecidas nas operações: dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; alta probabilidade de falência, recuperação judicial, acordo com credores ou reorganização financeira.

A PD é definida para cada segmento de negócio estabelecido pelo PagSeguro, cuja segmentação é baseada principalmente no porte do cliente, de modo que clientes com comportamento e PD similares sejam agrupados.

A ponderação de fatores objetivos, somada à análise do percentual de cobertura das garantias acessórias, resulta na classificação do cliente, o que permite o agrupamento de clientes com riscos de crédito semelhantes e a classificação em um dos seguintes estágios:

- Estágio 1: compreende a carteira de crédito que não apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou que demonstrou baixo risco de crédito na data de reporte. Exige o reconhecimento de uma provisão referente às perdas esperadas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas esperadas de 12 meses).
- Estágio 2: compreende a carteira de crédito que apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não apresentou probabilidade de inadimplemento da contraparte. Exige o reconhecimento de provisão no montante das perdas esperadas ao longo da vida do instrumento.
- Estágio 3: compreende a carteira de crédito que demonstra probabilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações contratuais. Exige o reconhecimento de provisão equivalente às perdas esperadas ao longo da vida do instrumento.

Além das políticas e regras internas acima descritas, utilizadas para o cálculo da provisão necessária, o reconhecimento da provisão para impairment também leva em consideração informações prospectivas e cenários estabelecidos pelo PagSeguro, tais como: mudanças em cenários macroeconômicos que impactam o modelo de cálculo — taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), score de cartões de crédito, taxa de inflação, nível de endividamento e score de operações de crédito. Os cenários macroeconômicos envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes dos esperados.

Por fim, além da metodologia para cálculo da provisão para impairment (EAD x PD x LGD), o PagSeguro considera qualquer outro fator que não seja capturado por essa metodologia, aplicando-o ao nível de cada transação individual. Nessa avaliação, a administração considerou informações prospectivas e premissas, tais como:

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

Histórico de perdas, qualidade de crédito e garantias, fatores econômicos e fluxos de caixa futuros estimados, que podem impactar o modelo de cálculo para provisão de perdas esperadas de crédito.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e uma perda por impairment é incorrida quando: há probabilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações contratuais como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”); tal evento afeta de forma efetiva os fluxos de caixa futuros estimados; e a perda pode ser mensurada com confiabilidade.

Se, em período subsequente, o montante da perda diminuir e tal redução estiver objetivamente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda (como uma melhora no rating de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida mediante ajuste da provisão.

2.8. Imobilizado em uso

O imobilizado é registrado ao custo histórico, líquido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por *impairment*, quando aplicável. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificáveis.

Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, quando apropriado, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos fluirão para o Grupo PagSeguro e tais benefícios possam ser mensurados com confiabilidade.

O valor contábil de partes ou itens substituídos é baixado. Todas as demais despesas de reparo e manutenção são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que são incorridas.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados ao final de cada período de reporte e ajustados prospectivamente, quando apropriado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas, conforme demonstrado a seguir:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Leasing	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos

Um item do imobilizado é baixado quando é alienado ou quando não se esperam mais benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou disposição. Qualquer ganho ou perda na alienação (calculado como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “Outras despesas (receitas)” na demonstração do resultado, quando o ativo é baixado.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil excede seu valor recuperável estimado. Ver nota 2.10.

2.9. Intangível

Licenças de software são registradas ao custo histórico. Essas licenças são amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que é de aproximadamente cinco anos.

Custos associados à manutenção de programas de software são reconhecidos como despesa quando incorridos. Custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao design e teste de produtos de software identificáveis e únicos controlados pelo Grupo PagSeguro são reconhecidos como ativos intangíveis.

Custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento interno de software são capitalizados como parte do produto de software, incluindo principalmente custos com empregados e serviços contratados de terceiros.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa quando incorridos. Gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não podem ser reconhecidos como ativo em períodos subsequentes, sendo incluídos na demonstração do resultado.

Os custos capitalizados de desenvolvimento de software são amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas, que são revisadas ao final de cada período de reporte e ajustadas prospectivamente, quando apropriado.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

O Grupo PagSeguro avalia, a cada data de reporte, se há indicação de que um ativo possa estar deteriorado. Se tal indicação existir, ou quando um teste anual de impairment for exigido, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, exceto quando o ativo não gera entradas de caixa que sejam substancialmente independentes das geradas por outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto pós-impostos que reflita as condições de mercado vigentes e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas transações recentes de mercado. Se tais transações não existirem, é aplicado um modelo de avaliação apropriado.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

O Grupo baseia seus cálculos de *impairment* nos orçamentos e projeções mais recentes. Esses orçamentos e projeções geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar os fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Para ativos exceto ágio, uma avaliação é realizada a cada data de reporte para determinar se há indicação de que perdas por *impairment* previamente reconhecidas não existem mais ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. O ágio é testado anualmente para *impairment* e também quando existirem indícios de que seu valor contábil pode estar deteriorado. O ágio é considerado deteriorado quando o valor recuperável da UGC é inferior ao seu valor contábil, caso em que é reconhecida uma perda por *impairment*.

2.11. Obrigações com terceiros e conta digital

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O PagSeguro reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor da conta digital registrado se refere ao valor disponível para retirada do cliente e de obrigações com terceiros refere-se aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

As obrigações com terceiros originadas de transações parceladas são mensurados com base no valor justo, de acordo com os termos dessas transações.

2.12. Obrigações com cotistas do FIDC

Obrigações com cotistas do FIDC referem-se ao montante das cotas seniores do FIDC que foram emitidas para investidores terceiros. O Grupo PagSeguro reconhece um passivo relacionado às contribuições desses investidores terceiros, e a diferença entre o valor inicial e o valor final é tratada como juros.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto o derivativo embutido, que é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos nas demonstrações de resultado consolidadas quando os passivos são baixados, bem como através do processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa efetiva é registrada como despesa de juros na demonstração de resultado consolidada.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**2.14. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo PagSeguro possui uma obrigação legal ou construtiva decorrente de eventos passados, sendo provável que será necessário um fluxo de saída de recursos para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com confiabilidade. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, total ou parcialmente (por exemplo, por um contrato de seguro), o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando for virtualmente certo. As despesas associadas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas de quaisquer reembolsos. O Grupo PagSeguro é parte em processos judiciais e administrativos.

As provisões são constituídas para todas as contingências relacionadas a processos judiciais para os quais seja provável que será necessário um desembolso de recursos para sua liquidação e seja possível fazer uma estimativa confiável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, da hierarquia das leis, da jurisprudência existente, de decisões judiciais recentes e sua relevância no sistema jurídico, bem como o parecer dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir mudanças nas circunstâncias.

2.15. Receita

A receita proveniente de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente, pelo valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços no curso normal de suas atividades. A receita é apresentada líquida de impostos sobre vendas e devoluções.

A receita do Grupo PagSeguro proveniente de contratos com clientes compreende substancialmente:

- Receita de atividades de transação e outros serviços: Receita de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos e outros serviços, como cartões pré-pagos, reconhecida no momento em que a compra é aprovada pela instituição financeira.
- As receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos são reconhecidas de forma bruta, e os custos correspondentes são reconhecidos como Custo de vendas e serviços, visto que o Grupo PagSeguro atua como principal na transação. O Grupo possui responsabilidade primária pela prestação dos serviços aos clientes e define diretamente os preços desses serviços, independentemente dos custos negociados entre o Grupo PagSeguro e as bandeiras ou emissores de cartão. A receita é reconhecida no momento da conclusão da transação (*point-in-time*).
- Receita de taxa de adesão: O Grupo cobra uma taxa de adesão não reembolsável no início do contrato com os clientes, que lhes concede acesso ao ecossistema do Grupo PagSeguro. A receita relacionada à taxa de adesão não reembolsável é diferida de acordo com métricas internas e reconhecida como receita diferida ao longo do tempo.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

- Receita de operações de crédito: O Grupo reconhece a receita auferida com base no pro rata diário. A receita de operações de crédito vencidas e vincendas, antes da aplicação do stop accrual, é registrada em receita de atividades de transação e serviços. Após o stop accrual, a receita somente é reconhecida quando efetivamente recebida.
- Antecipação: A receita é composta principalmente pela receita financeira reconhecida em razão da taxa de desconto cobrada na antecipação dos pagamentos devidos a terceiros (lojistas). A receita é reconhecida no momento em que o lojista recebe o pagamento da venda parcelada antecipadamente, sendo registrada como receita financeira na demonstração do resultado.

2.16. Imposto de renda e contribuição socialImposto de renda e contribuição social corrente

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o Grupo PagSeguro opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O Grupo PagSeguro avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSLL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição atual de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e
- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. Em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSLL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição atual de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028.

2.17. Benefícios a empregados – participações nos lucros

O Grupo PagSeguro reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros condicionados ao atingimento de metas operacionais e de desempenho estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício fiscal. O Grupo PagSeguro reconhece uma provisão quando há obrigação contratual ou quando existe uma prática passada que cria uma obrigação construtiva.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)**2.18. Combinação de negócios e ágio**

O Grupo PagSeguro contabiliza combinações de negócios utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma da contraprestação transferida, com base em seu valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos são mensurados a valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes na data da aquisição. O Grupo PagSeguro reconhece qualquer participação não controladora na empresa adquirida pelo valor justo ou pela participação proporcional no valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. As participações não controladoras são determinadas em cada aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da contraprestação transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por *impairment*.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data da aquisição. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada e sua liquidação subsequente é contabilizada dentro do patrimônio líquido. A contraprestação contingente classificada como ativo ou passivo que constitua um instrumento financeiro dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros é mensurada a valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com a IFRS 9.

2.23. Pagamento baseado em ações (PILP)

O PILP Metas foi estabelecido pelo Grupo PagSeguro em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado pelo conselho de administração da Grupo, modificado e ratificado em 7 de agosto de 2019, 21 de fevereiro de 2020, 19 de janeiro de 2021, 16 de agosto de 2021 e 20 de dezembro de 2021. Os beneficiários do PILP Metas são selecionados pelo Comitê do PILP Metas, composto pelo Presidente do Conselho de Administração da Grupo e por dois executivos da UOL.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

Os beneficiários do PILP Metas recebem premiações, que podem ser pagas em dinheiro, em ações ordinárias Classe A ou em uma combinação de ambos, a critério do Comitê do PILP Metas, com base nas metas estabelecidas no plano corporativo de participação nos resultados da Grupo para cada exercício. Caso parte da premiação seja paga em ações ordinárias Classe A, o valor correspondente em reais é convertido em ações Classe A, e o Comitê do PILP Metas define uma data de determinação que deve ocorrer até o último dia útil de março do ano seguinte ao da premiação. Conforme o plano PILP Metas, o pagamento e/ou a entrega das ações ordinárias Classe A deve ocorrer em até 10 dias úteis após a data de determinação.

O custo das transações liquidadas em instrumentos patrimoniais é determinado com base no valor justo na data da concessão.

Esse custo é reconhecido em despesas de pessoal, juntamente com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que o serviço é prestado (período de aquisição — *vesting*). A despesa acumulada reconhecida para transações liquidadas em instrumentos patrimoniais em cada data de reporte até o período de aquisição reflete a proporção do período de aquisição já cumprido e a melhor estimativa do Grupo quanto ao número de instrumentos patrimoniais que efetivamente se tornarão adquiridos. A despesa apresentada na demonstração do resultado representa a variação entre a despesa acumulada reconhecida no início e no final do exercício. Nenhuma despesa é reconhecida para premiações que não se tornam adquiridas por descumprimento das condições de serviço.

2.24. Novas normas contábeis adotadas em 2025

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 são consistentes com aquelas adotadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas alterações requeridas pelos pronunciamentos, interpretações e normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo.

- Emenda à IAS 21 "*Lack of Exchangeability*": emitida em agosto de 2023, com o objetivo de esclarecer como as entidades devem determinar se uma moeda é conversível em outra, e qual taxa de câmbio à vista deve ser utilizada quando não houver conversibilidade. As emendas à IAS 21 são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2025. A implementação não teve impactos nas demonstrações financeiras.
- Lei Complementar ("LC") nº 224/2025 (Impacto na CSLL):
A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, aprovou um aumento progressivo da alíquota da CSLL para instituições de pagamento, alterando a alíquota atual de 9% para 12% entre 2026 e 2027 e para 15% a partir de 2028.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

Com base no valor recuperável esperado de ativos fiscais e nas obrigações tributárias relacionadas a impostos diferidos, o Grupo já registrou o aumento para 12% ou 15%, considerando a expectativa de realização. Esse impacto representa uma despesa de R\$142.305, líquida entre ativos e passivos, conforme divulgado na nota 21.

- Regras do Pilar Dois da OCDE – Em maio de 2023, o IASB realizou alterações de escopo reduzido na IAS 12, que concedem um alívio temporário da exigência de reconhecer e divulgar impostos diferidos decorrentes de legislação tributária promulgada ou substantivamente promulgada que implemente as regras do Pilar Dois, incluindo legislação que estabeleça o imposto complementar mínimo doméstico qualificado. O Grupo não possui transações significativas em suas subsidiárias localizadas fora do Brasil, e a avaliação da administração sobre a taxa efetiva de imposto do grupo não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras.

2.25. Novas normas contábeis ainda não efetivadas

As novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações, quando aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: emitida em maio de 2024, com o objetivo de:

- o esclarecer os requisitos sobre o momento do reconhecimento e baixa de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo uma nova exceção para alguns passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de transferência de valores;
- o esclarecer e adicionar orientações adicionais sobre como avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de recebimentos exclusivamente de principal e juros (SPPI);
- o adicionar novas divulgações para determinados instrumentos com cláusulas contratuais que podem alterar fluxos de caixa (como instrumentos com características vinculadas a metas ambientais, sociais e de governança — ESG);
- o atualizar as divulgações relacionadas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

As alterações às IFRS 9 e IFRS 7 são eficazes a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

- Melhorias anuais às IFRS – Volume 1: emitidas em julho de 2024, com o objetivo de:
 - o As melhorias anuais limitam-se a alterações que esclarecem a redação de uma norma contábil ou corrigem consequências não intencionais, omissões ou conflitos menores entre requisitos das normas.

As melhorias anuais às IFRS são eficazes a partir de 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida. O Grupo não identificou impactos nas demonstrações financeiras.

- A iteração à IFRS 18 “Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras”: A IFRS 18 substituirá a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar comparabilidade no desempenho financeiro entre entidades semelhantes e a fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração dos itens das demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam amplos, especialmente aqueles relacionados à demonstração de desempenho financeiro e à inclusão de medidas de desempenho definidas pela administração.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Com base na avaliação preliminar de alto nível realizada, foram identificados os seguintes potenciais impactos:

- Embora a adoção da IFRS 18 não tenha impacto sobre o lucro líquido do grupo, espera-se que a reclassificação de itens de receitas e despesas em novas categorias da demonstração do resultado impacte a forma como o lucro operacional é calculado e apresentado. Com base na avaliação preliminar realizada, os seguintes itens podem impactar o lucro operacional:
 - o Diferenças cambiais atualmente agregadas na linha “outras receitas e outros ganhos/(perdas) – líquido” dentro do lucro operacional poderão precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais sendo apresentados abaixo do lucro operacional;
 - o IFRS 18 possui requisitos específicos sobre a categoria em que ganhos ou perdas de derivativos devem ser reconhecidos — que deve ser a mesma categoria das receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo busca gerenciar. Embora o grupo atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, poderá haver alteração na forma de apresentação, e o grupo está avaliando essa necessidade.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das principais políticas contábeis. (continuação)

- As linhas apresentadas nas demonstrações financeiras primárias podem mudar em decorrência da aplicação do conceito de “resumo estruturado útil” e dos princípios aprimorados de agregação e desagregação. Além disso, como o ágio será exigido como apresentação separada no balanço patrimonial, o grupo irá desagregar ágio e outros ativos intangíveis e apresentá-los separadamente no balanço.
- O Grupo não espera mudanças significativas nas informações atualmente divulgadas nas notas explicativas, pois o requisito de divulgação de informações relevantes permanece inalterado; entretanto, a forma de agrupamento dessas informações poderá mudar em função dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações obrigatórias significativas para:
 - medidas de desempenho definidas pela administração;
 - um detalhamento da natureza das despesas para linhas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado — esse detalhamento será exigido apenas para determinadas naturezas de despesa; e
 - no primeiro período anual de aplicação da IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração do resultado entre os valores reapresentados conforme a IFRS 18 e os valores anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1.
 - Na demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças na forma de apresentação de juros recebidos e pagos. Juros pagos passarão a ser apresentados como fluxos de caixa de financiamento, e juros recebidos como fluxos de caixa de investimento — o que representa uma mudança em relação à apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

O Grupo aplicará a nova norma a partir de sua data de vigência obrigatória, em 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é obrigatória, de modo que as informações comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com a IFRS 18.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros consideradas razoáveis sob as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo PagSeguro realiza estimativas sobre o futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, raramente corresponderão exatamente aos resultados reais. As principais estimativas e premissas são tratadas abaixo:

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

3. Estimativas e julgamentos contábeis (continuação)

3.1. Provisões para contingências

O Grupo PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, da jurisprudência, da hierarquia das leis e das decisões judiciais mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar mudanças nas circunstâncias, como prazos prescricionais aplicáveis, resultados de fiscalizações tributárias e exposições adicionais identificadas com base em novos temas ou decisões judiciais.

3.2. Mensuração da perda esperada de crédito (ECL – Expected Credit Losses)

Como os recebíveis de emissores de cartões são considerados de baixo risco de crédito, devido às garantias estruturais do arranjo de pagamento, o Grupo PagSeguro utiliza uma matriz de provisão para calcular as perdas esperadas de crédito (ECL). As taxas de provisão baseiam-se na classificação de risco interna, que considera informações externas, como ratings atribuídos pelas principais agências de classificação de risco, bem como fatores prospectivos específicos dos devedores e do ambiente econômico. Para recebíveis relacionados a operações de crédito com clientes, as taxas de provisão são baseadas em EAD, PD e LGD, conforme detalhado na Nota 2.7 – operações de crédito.

4. Consolidação de subsidiárias

31 de dezembro de 2025						
Empresa	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) para o período	Participação - %	Level
MOIP	781.027	75.346	705.681	75.733	100,00	Direto
Concil	378.770	38.205	340.565	32.318	100,00	Direto
BivaSec	1.179.310	1.030.855	148.455	62.791	100,00	Direto
Netpos	12.416	11.410	1.006	3.358	100,00	Direto
FIDC	6.038.613	1.587.610	4.451.003	5.228.418	100,00	Direto
FIDM	277.022	21.696	255.326	14.880	100,00	Direto
31 de dezembro de 2024 (não auditado)						
Empresa	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) para o período	Participação - %	Level
MOIP	725.791	36.681	689.110	66.945	100,00	Direto
Concil	346.202	3.033	343.169	29.526	100,00	Direto
BivaSec	1.260.807	1.174.727	86.080	41.606	100,00	Direto
Netpos	7.443	2.539	4.904	2.775	100,00	Direto
FIDC	6.589.019	1.630.197	4.958.822	4.187.880	100,00	Direto
FIDM	19.088	834	18.254	2.812	100,00	Direto

As subsidiárias atuam na prestação de soluções e serviços de tecnologia financeira e nas atividades correlatas. O Grupo possui investimentos nas seguintes empresas:

- Biva Sec: O principal objetivo da empresa é adquirir e securitizar soluções de crédito do Grupo PagSeguro, como operações de empréstimos e de cartão de crédito.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

4. Consolidação de subsidiárias (continuação)

- FIDC: O FIDC é um fundo de investimento brasileiro destinado a financiar o crescimento da funcionalidade de antecipação de recebíveis da PagSeguro, mediante a aquisição de valores a pagar a terceiros detidos pela PagSeguro, na qualidade de cedente. A PagSeguro consolida as demonstrações financeiras do FIDC, já que os riscos de inadimplência e a responsabilidade pelo pagamento das despesas e taxas de administração do FIDC estão vinculados às cotas subordinadas mantidas pela PagSeguro.

Em 31 de dezembro de 2025, 80% das cotas subordinadas são da PagSeguro e 20% da PagSeguro Digital – acionista minoritário.

- MOIP: Em agosto de 2023, a carteira de clientes da MOIP foi migrada para a PagSeguro, para aproveitar a estrutura tecnológica do Grupo, melhorar as condições oferecidas aos clientes e promover maior sinergia nos negócios. Em outubro de 2025, o Grupo solicitou ao Banco Central do Brasil a revogação da licença de instituição de pagamento, a qual foi aprovada.
- Concil: O objetivo social da empresa é fornecer serviços profissionais de processamento de dados, provedores de aplicações, serviços de hospedagem na internet, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação, licenciamento e cessão de direito de uso de soluções computacionais.
- FIDM: O objetivo desse fundo é antecipar cessões de terceiros, de acordo com práticas de mercado.
- Netpos: Sua principal atividade é o desenvolvimento de soluções de software e hardware voltadas para aprimorar as condições de gestão empresarial.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Depósitos bancários de curto prazo	1.211.987	464.374
Investimentos com liquidez	100.988	327.039
	1.312.975	791.413

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender necessidades de caixa de curto prazo e incluem numerário, depósitos em bancos e outros investimentos de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança de valor.

Os depósitos bancários de curto prazo são representados principalmente por valores destinados a cobrir pagamentos instantâneos (PIX), numerário em caixas eletrônicos (ATMs) e pagamentos de clientes.

Os investimentos de curto prazo são representados por certificados de depósitos bancários, com vencimentos originais de três meses ou menos, com retorno médio de 100% do CDI (14,9% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

6. Aplicações financeiras

Consiste principalmente em investimentos em letras financeiras, no valor de R\$420.785 em 31 de dezembro de 2025 (R\$251.913 em 31 de dezembro de 2024), com retorno médio de 100% do CDI (14,90% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% ao ano em dezembro de 2024) com vencimentos originais superiores a três meses. As LFTs foram classificadas como custo amortizado.

7. Reservas compulsórias

Consiste em investimentos destinados a cumprir os requisitos aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, no montante de R\$1.235.743 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.567.089 em 31 de dezembro de 2024) com retorno médio de 100% do CDI (14,90% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% ao ano em dezembro de 2024).

8. Contas a receber

A composição do contas a receber está a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u> (não auditado)
Emissores – Custo amortizado(i)	51.668.047	51.678.292
Emissores – VJORA (i)	4.284.940	1.819.020
Outros (ii)	207.269	93.479
Total de emissores de cartões, adquirentes e outros	56.160.256	53.590.791
Curto prazo	55.661.882	53.107.625
Longo prazo	498.374	483.166

(i) Emissores: contas a receber derivadas de transações que o Grupo PagSeguro atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre o Grupo PagSeguro e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex. No entanto, os recebíveis contratuais do Grupo PagSeguro são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. O Grupo PagSeguro avaliou que o modelo de negócio apropriado de alguns emissores de cartões como parte da gestão de liquidez e mantido para venda e mensurado pelo VJORA. Portanto, parte dos recebíveis, no valor de R\$4.284.940 (R\$1.829.020 em 31 de dezembro de 2024), passou de custo amortizado para valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A perda não realizada na marcação a mercado de contas a receber, líquida de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$120.588 (R\$86.270 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Refere-se a outros recebíveis dispersos provenientes de devedores legais.

A análise de maturidade do contas a receber está a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u> (não auditado)
A vencer em até 30 dias	23.514.514	19.798.871
A vencer em até 31 a 120 dias	18.827.887	20.465.566
A vencer em até 121 a 180 dias	6.558.047	6.171.676
A vencer em até 181 a 365 dias	6.761.434	6.671.512
Acima de 365 dias	498.374	483.166
	56.160.256	53.590.791

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.
Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

9. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito está a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Cartão de crédito, líquido (i)	772.088	660.113
Empréstimos, líquido (i)	243.723	12.606
Total carteira de crédito	1.015.811	672.719
Curto prazo	994.497	659.984
Longo prazo	21.314	12.735

- (i) Os recebíveis de cartão de crédito e empréstimos são apresentados líquidos das perdas esperadas de crédito (ECL – expected credit losses) e são mensurados de acordo com a IFRS 9, utilizando: Exposição na Data do Default (EAD), relacionada ao risco de crédito exposto no momento da inadimplência; Probabilidade de Inadimplência (PD), relacionada à probabilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações contratuais; e Perda Dada a Inadimplência (LGD), referente ao percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência. Além da metodologia para cálculo da provisão para impairment (EAD x PD x LGD), o Grupo considera informações e premissas prospectivas, como o histórico de perdas em nível de transação individual, qualidade de crédito e garantias, fatores econômicos e fluxos de caixa futuros estimados, que podem impactar o modelo de cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito.

A análise de vencimento da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	31 de dezembro de 2025		
	Cartão de crédito	Empréstimos	TOTAL
Vencidos	158.753	124.899	283.652
Vencimento em 30 dias	320.939	24.116	345.055
Vencimento de 31 a 120 dias	207.277	111.364	318.641
Vencimento de 121 a 180 dias	135.167	46.161	181.328
Vencimento de 181 a 365 dias	81.933	64.006	145.939
Acima de 365 dias	4.823	16.491	21.314
	908.892	387.037	1.295.929
Provisão para perdas	(136.805)	(143.315)	(280.120)
Total, líquido	772.087	243.722	1.015.809

	31 de dezembro de 2024 (não auditado)		
	Cartão de crédito	Empréstimos	TOTAL
Vencidos	126.769	123.995	250.764
Vencimento em 30 dias	300.225	1.025	301.250
Vencimento de 31 a 120 dias	178.304	3.221	181.525
Vencimento de 121 a 180 dias	108.802	1.219	110.021
Vencimento de 181 a 365 dias	60.163	4.808	64.971
Acima de 365 dias	3.733	9.002	12.735
	777.996	143.270	921.266
Provisão para perdas	(117.883)	(130.663)	(248.546)
Total, líquido	660.113	12.607	672.720

Para a carteira de crédito, a ponderação de fatores objetivos somada à análise do percentual de cobertura das garantias acessórias resulta na classificação do cliente, o que permite o agrupamento de clientes com riscos de crédito semelhantes e a classificação em um dos seguintes estágios, conforme sugerido pela IFRS 9:

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

9. Operações de crédito – (continuação)

	31 de dezembro de 2025		
	Montante	Limites não utilizados	Provisão para perdas
Cartão de crédito			
estágio 1	729.665	1.580.350	(20.308)
estágio 2	66.641	20.929	(15.095)
estágio 3	112.586	1.967	(101.402)
Empréstimos			
estágio 1	247.896	-	(13.932)
estágio 2	15.967	-	(7.657)
estágio 3	123.174	-	(121.726)
TOTAL	1.295.929	1.603.246	(280.120)

	31 de dezembro de 2024 (não auditado)		
	Montante	Limites não utilizados	Provisão para perdas
Cartão de crédito			
estágio 1	638.249	1.222.409	(17.595)
estágio 2	40.297	25.017	(9.127)
estágio 3	99.450	1.020	(91.161)
Empréstimos			
estágio 1	17.415	-	(5.235)
estágio 2	22	-	(17)
estágio 3	125.833	-	(125.411)
TOTAL	921.266	1.248.446	(248.546)

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

9. Operações de crédito – (continuação)

A reconciliação das operações da carteira de crédito segregadas por estágios:

estágio 1	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	638.250	(343.023)	(1)	131.540	174	-	302.726	729.666
Empréstimos	17.415	(18.592)	(88)	526	6	-	248.627	247.894
	655.665	(361.615)	(89)	132.066	180		551.353	977.560
estágio 2	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência do estágio 1	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	40.298	343.023	(110.921)	(131.540)	10	-	(74.230)	66.640
Empréstimos	22	18.592	(6.311)	(526)	-	-	4.190	15.967
	40.320	361.615	(117.232)	(132.066)	10		(70.040)	82.607
estágio 3	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	99.449	1	110.921	(174)	(10)	(41.713)	(55.888)	112.586
Empréstimos	125.833	88	6.311	(6)	-	(4.576)	(4.474)	123.176
	225.282	89	117.232	(180)	(10)	(46.289)	(60.362)	235.762
estágio 1	31 de dezembro de 2023	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	360.231	(2.591)	(31.332)	23.113	4.922	-	283.906	638.249
Empréstimos	12.710	-	(286)	(26)	-	-	5.016	17.414
	372.941	(2.591)	(31.618)	23.087	4.922		288.922	655.663
estágio 2	31 de dezembro de 2023	Transferência do estágio 1	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	185.325	2.591	(40.874)	(23.113)	-	-	(83.631)	40.298
Empréstimos	2.194	-	(241)	26	-	-	(1.957)	22
	187.519	2.591	(41.115)	(23.087)	-		(85.588)	40.320
estágio 3	31 de dezembro de 2023	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	217.937	31.332	40.874	(4.922)	-	(138.505)	(47.267)	99.449
Empréstimos	394.834	286	241	-	-	(244.432)	(25.095)	125.834
	612.771	31.618	41.115	(4.922)	-	(382.937)	(72.362)	225.283

PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas da demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

9. Operações de crédito – (continuação)

A reconciliação das perdas esperadas de crédito da carteira de crédito segregadas por estágios:

estágio 1	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	(17.595)	17.293	-	(13.678)	(133)	-	(6.195)	(20.308)
Empréstimos	(5.234)	1.233	9	(154)	-	-	(9.785)	(13.931)
	(22.829)	18.526	9	(13.832)	(133)	-	(15.980)	(34.239)
estágio 2	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência do estágio 1	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	(9.127)	(17.293)	57.243	13.678	(7)	-	(59.590)	(15.096)
Empréstimos	(17)	(1.233)	3.295	154	-	-	(9.856)	(7.657)
	(9.144)	(18.526)	60.538	13.832	(7)	-	(69.446)	(22.753)
estágio 3	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2025
Cartão de crédito	(91.161)	-	(57.243)	133	7	41.713	5.149	(101.402)
Empréstimos	(125.411)	(9)	(3.295)	-	-	4.576	2.413	(121.726)
Total	(216.572)	(9)	(60.538)	133	7	46.289	7.562	(223.128)
estágio 1	31 de dezembro de 2023	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	(3.685)	5.727	26.155	(208)	(4.586)	-	(40.997)	(17.594)
Empréstimos	(4.609)	-	402	-	-	-	(1.028)	(5.235)
	(8.294)	5.727	26.557	(208)	(4.586)	-	(42.025)	(22.829)
estágio 2	31 de dezembro de 2023	Transferência do estágio 1	Transferência para o estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	(10.203)	(5.727)	31.655	208	-	-	(25.060)	(9.127)
Empréstimos	(1.415)	-	10	-	-	-	1.387	(18)
	(11.618)	(5.727)	31.665	208	-	-	(23.673)	(9.145)
estágio 3	31 de dezembro de 2023	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Write-off	Adições/reversões	31 de dezembro de 2024
Cartão de crédito	(171.516)	(26.155)	(31.655)	4.586	-	138.505	(4.926)	(91.161)
Empréstimos	(355.756)	(402)	(10)	-	-	244.432	(13.675)	(125.411)
	(527.272)	(26.557)	(31.665)	4.586	-	382.937	(18.601)	(216.572)

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

9. Operações de crédito – (continuação)

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito dos recebíveis é a seguinte:

Provisão para perdas	Cartão de crédito	Empréstimos	Total
31 de dezembro de 2023 (não auditado)	(185.404)	(361.780)	(547.184)
Adições	(163.887)	(39.147)	(203.034)
Reversões	92.903	25.831	118.734
Write-Off (i)	138.505	244.432	382.937
31 de dezembro de 2024 (não auditado)	(117.883)	(130.664)	(248.547)
Adições	(90.302)	(19.926)	(110.228)
Reversões	29.667	2.698	32.365
Write-Off (i)	41.713	4.577	46.290
31 de dezembro de 2025	(136.805)	(143.315)	(280.120)

(i) Com base no modelo de classificação de risco de crédito do Grupo PagSeguro, que avalia o risco de insolvência e de inadimplência das contrapartes relacionadas aos recebíveis de crédito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo PagSeguro realizou a baixa parcial de recebíveis de crédito para os casos em que não há expectativa de recebimento. Os recebíveis de cartão de crédito foram baixados no montante de R\$41.713 (R\$138.505 em 31 de dezembro de 2024), os empréstimos foram baixados no valor de R\$4.577 (R\$244.432 em 31 de dezembro de 2024), contra a provisão para perdas esperadas de crédito (ECL) reconhecida em períodos anteriores.

10. Impostos a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Imposto de renda e contribuição social (i)	1.021.667	791.019
Outros (ii)	27.580	24.905
	1.049.247	815.924
Curto prazo	394.479	497.727
Longo prazo	654.768	318.197

- (i) Refere-se principalmente a tributos retidos na fonte referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.
 (ii) Refere-se a PIS e COFINS recuperáveis sobre atividades de transações e outros serviços

11. Saldos e transações com partes relacionadas

i) Saldos e transações com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024 (não auditado)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PILP (a)				
PagSeguro Digital Ltd	-	269.607	-	157.509
Empréstimos (b)				
BancoSeguro S.A.	-	41.050.308	-	33.704.349
Aplicações financeiras (c)				
BancoSeguro S.A.	3.182.233	-	3.329.814	-
Outras transações e serviços				
BancoSeguro S.A. (d)	40.982	269.170	26.827	9.463
Digital Services UOL S.A. (e)	25.902	-	31.849	-
Outros	6.794	2.353	5.337	4.732
	3.255.911	41.591.438	3.393.827	33.876.053
Curto prazo	2.865.261	41.591.438	3.061.109	33.876.053
Longo prazo	390.650	-	332.718	-

- (a) Saldo passivo relacionado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP).
 (b) Capital de giro adquirido junto do BancoSeguro com remuneração média de 106% do CDI.
 (c) Certificados de depósitos bancários e letras financeiras adquiridas do BancoSeguro com taxa de juros de 103% a 106% do por ano do CDI.
 (d) O saldo ativo refere-se a repasses de despesas de consultoria, software, pessoal. O saldo passivo refere-se a liquidações a serem ocorridas referentes a distribuição dos produtos do Banco na plataforma do PagSeguro.
 (e) Este recebível refere-se a empréstimo realizado com a Biva Sec, com taxa de juros de 100% do CDI acrescida de 2,5% ao ano.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

11. Saldos e transações com partes relacionadas (continuação)

ii) Receitas e despesas através de transações com partes relacionadas

	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024 (não auditado)	
	Receita	Despesas	Receita	Despesas
Empréstimos (a)				
BancoSeguro S.A.	-	5.178.170	-	2.259.601
Aplicações financeiras (b)				
BancoSeguro S.A.	96.535	-	42.636	-
Intermediação (c)				
BancoSeguro S.A.	702.129	115.656	92.925	82.229
PagSeguro Tecnologia Ltda	15.579	-	17.390	-
Universo Online S.A.	3.585	-	3.295	-
Outros serviços				
BancoSeguro S.A.	-	2.908	-	2.429
PagSeguro Tecnologia Ltda (d)	35.818	-	-	-
NetPhone (e)	-	820.431	-	890.909
Universo Online S.A.(f)	-	214.430	-	85.739
Compasso Informática S.A. (g)	-	154.016	-	162.880
Edge.UOL Tecnologia Ltda. (g)	-	7.066	-	1.601
Compass.UOL Tecnologia Ltda. (g)	-	11.152	-	4.980
Outros	1.344	7.054	1.924	8.891
	854.990	6.510.883	158.170	3.499.259

- (a) Refere-se aos custos do empréstimo contratado junto ao BancoSeguro.
- (b) Refere-se as receitas das aplicações financeiras adquiridas do BancoSeguro.
- (c) Refere-se substancialmente ao comissionamento das indicações de clientes e intermediação de operações.
- (d) Refere-se aos custos de pessoal e administrativos compartilhados.
- (e) O saldo refere-se ao subsídio das operações de polos realizadas pelo NetPhone.
- (f) Contratações de serviços relacionados substancialmente a serviços de marketing e propagandas.
- (g) As despesas referem-se aos custos de softwares e cloud contratados.

iii) Remuneração dos administradores

A remuneração da alta administração inclui benefícios de curto e longo prazo dos diretores executivos do Grupo PagSeguro. A remuneração de curto e longo prazo relacionada aos diretores executivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$53.544 (R\$37.877 em 31 de dezembro de 2024).

12. Imobilizado

a) A composição do imobilizado está a seguinte:

	31 de dezembro de 2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	4.608.915	(2.304.308)	2.304.607
Equipamentos de processamento de dados	266.773	(130.854)	135.919
Benfeitorias imóveis de terceiros	22.110	(9.517)	12.593
Leasing	175.112	(100.380)	74.732
Outros	45.333	(34.264)	11.069
Total	5.118.243	(2.579.323)	2.538.920

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

12. Imobilizado – (continuação)

	31 de dezembro de 2024 (não auditado)		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	4.294.033	(1.989.295)	2.304.738
Equipamentos de processamento de dados	261.179	(108.797)	152.382
Benfeitorias imóveis de terceiros	18.992	(7.571)	11.421
Leasing (b)	164.393	(80.806)	83.587
Outros	40.026	(22.303)	17.723
Total	4.778.623	(2.208.772)	2.569.851

b) As mudanças no custo e na depreciação acumulada foram as seguintes:

	Máquinas e equipamentos (i)	Equipamentos processamento de dados	Benfeitorias imóveis de terceiros	Leasing (ii)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	3.657.048	239.930	17.327	155.734	23.274	4.093.313
Depreciação acumulada	(1.481.349)	(86.792)	(5.787)	(62.203)	(7.994)	(1.644.125)
Saldo contábil, líquido	2.175.699	153.138	11.540	93.531	15.280	2.449.188
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	636.985	21.249	1.665	8.659	16.752	685.310
Adições	1.091.869	23.570	1.665	8.659	18.087	1.143.850
Baixas	(454.884)	(2.321)			(1.335)	(458.540)
Depreciação	(507.946)	(22.005)	(1.784)	(18.603)	(14.309)	(564.647)
Adições	(780.204)	(22.530)	(1.784)	(18.603)	(14.651)	(837.772)
Baixas	272.258	525			342	273.125
Saldo contábil, líquido	2.304.738	152.382	11.421	83.587	17.723	2.569.851
Custo	4.294.033	261.179	18.992	164.393	40.026	4.778.623
Depreciação acumulada	(1.989.295)	(108.797)	(7.571)	(80.806)	(22.303)	(2.208.772)
Saldo contábil, líquido	2.304.738	152.382	11.421	83.587	17.723	2.569.851
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	314.883	5.594	3.118	10.718	5.307	339.620
Adições	1.019.867	10.780	3.134	10.718	9.432	1.053.931
Baixas (iii)	(704.984)	(5.186)	(16)	-	(4.125)	(714.311)
Depreciação	(315.014)	(22.057)	(1.946)	(19.573)	(11.961)	(370.551)
Adições	(839.548)	(26.303)	(1.946)	(19.573)	(13.783)	(901.153)
Baixas (iii)	524.534	4.246	-	-	1.822	530.602
Saldo contábil, líquido	2.304.607	135.919	12.593	74.732	11.069	2.538.920
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	4.608.916	266.773	22.110	175.111	45.333	5.118.243
Depreciação acumulada	(2.304.309)	(130.854)	(9.517)	(100.379)	(34.264)	(2.579.323)
Saldo contábil, líquido	2.304.607	135.919	12.593	74.732	11.069	2.538.920

- (i) O valor contábil líquido dos dispositivos POS é de R\$2.256.793 (R\$2.254.758 em 31 de dezembro de 2024), os quais são depreciados ao longo de 5 anos. A depreciação dos POS no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$831.366 (R\$773.048 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo PagSeguro possuía obrigações contratuais para aquisição de dispositivos POS no montante de R\$823.267. O Grupo contratou um instrumento financeiro derivativo designado para hedge contábil ("NDF") para proteger o risco cambial relacionado a parte das obrigações de compra de POS, conforme mencionado na nota 28.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo PagSeguro apresentava um passivo de arrendamento registrado em outras obrigações circulantes no montante de R\$19.133 (R\$15.506 em 31 de dezembro de 2024) e como passivo não circulante no montante de R\$59.696 (R\$71.955 em 31 de dezembro de 2024). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo incorreu em custos financeiros relacionados a esses arrendamentos no valor de R\$19.621.
- (iii) O Grupo monitora de perto a atividade dos comerciantes e o valor econômico dos POS ao longo de sua vida útil. Caso o Grupo detecte inatividade por determinado período, é constituída provisão para baixa dos POS associados. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as provisões referentes ao valor contábil líquido totalizaram R\$156.079 (dos quais R\$559.735 correspondem ao custo e R\$418.731 à depreciação acumulada), em comparação a R\$163.891 (dos quais R\$416.030 correspondem ao custo e R\$252.139 à depreciação acumulada) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

13. Intangível

a) Ativos intangíveis estão compostos a seguir:

	31 de dezembro de 2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com software e tecnologia (i)	6.064.283	(3.381.062)	2.683.221
Direito de uso de software	417.812	(261.184)	156.628
Marcas e patentes	25	-	25
Ágio (ii)	186.107	-	186.107
Outros	65.984	(63.055)	2.929
	6.734.211	(3.705.301)	3.028.910
	31 de dezembro de 2024 (não auditado)		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com software e tecnologia (i)	4.929.998	(2.486.470)	2.443.528
Direito de uso de software	365.234	(202.843)	162.391
Marcas e patentes	25	-	25
Ágio (ii)	186.107	-	186.107
Outros	65.985	(51.972)	14.013
	5.547.349	(2.741.285)	2.806.064

(i) O Grupo PagSeguro capitaliza as despesas incorridas com o desenvolvimento de plataformas, as quais são amortizadas ao longo de suas vidas úteis de aproximadamente cinco anos.

(ii) O valor refere-se ao reconhecimento de ganho de capital relacionado à carteira de clientes a valor justo, ao acordo de não concorrência e aos softwares vinculados às combinações de negócios realizadas pelo Grupo PagSeguro

As mudanças no custo e na amortização acumulada foram as seguintes:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)						
Custo	3.820.589	331.277	25	186.107	65.985	4.403.983
Amortização acumulada	(1.739.954)	(146.523)	-	-	(38.943)	(1.925.420)
Saldo contábil, líquido	2.080.635	184.754	25	186.107	27.042	2.478.563
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	1.109.408	33.957	-	-	-	1.143.365
Adições (i)	1.109.408	34.105	-	-	-	1.143.513
Baixas	-	(148)	-	-	-	(148)
Amortização	(746.215)	(56.619)	-	-	(13.030)	(815.864)
Adições	(746.409)	(56.727)	-	-	(13.030)	(816.166)
Baixas	194	108	-	-	-	302
Saldo contábil, líquido	2.443.828	162.092	25	186.107	14.012	2.806.064
Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)						
Custo	4.929.997	365.234	25	186.107	65.985	5.547.348
Amortização acumulada	(2.486.169)	(203.142)	-	-	(51.973)	(2.741.284)
Saldo contábil, líquido	2.443.828	162.092	25	186.107	14.012	2.806.064

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

13. Intangível – (continuação)

Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	1.134.285	52.578	-	-	-	1.186.863
Adições (i)	1.134.753	52.578	-	-	-	1.187.331
Baixas	(468)	-	-	-	-	(468)
Amortização	(894.593)	(58.341)	-	(11.082)	(964.016)	(964.016)
Adições	(894.593)	(58.370)	-	(11.082)	(964.045)	(964.045)
Baixas	-	29	-	-	-	29
Saldo contábil, líquido	2.683.520	156.329	25	186.107	2.930	3.028.911
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	6.064.283	417.812	25	186.107	65.984	6.734.211
Amortização acumulada	(3.381.062)	(261.184)	-	-	(63.055)	(3.705.301)
Saldo contábil, líquido	2.683.221	156.628	25	186.107	2.929	3.028.910

(i) Refere-se a diversos e variados gastos com software e tecnologia, principalmente relacionados a funcionalidades de experiência do cliente, como pagamento digital e conta bancária digital.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) em cada uma das empresas adquiridas que originaram o ágio e é demonstrado abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2025</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>
MOIP (i)	148.218	148.218
Concil	20.731	20.731
Netpos	17.158	17.158
Total	186.107	186.107

(i) O canal operacional online anteriormente gerido pela MOIP foi descontinuado e continua sendo suportado dentro da estrutura do Grupo PagSeguro, portanto, a UGC é calculada de forma combinada.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos de valor em uso. O ágio foi representado principalmente pela aquisição da MOIP, no montante de R\$148.218. A recuperabilidade desse ágio foi testada utilizando orçamentos projetados para cinco anos, uma taxa de crescimento de longo prazo baseada no Produto Interno Bruto estimado (1,93% em 2029 e 1,93% em 2030), taxas de inflação (3,63% em 2029 e 3,63% em 2030) como métricas para projetar os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto baseada no WACC (variando de 14% a 16% ao ano). Para o ágio originado por outras aquisições, o Grupo testou a recuperabilidade utilizando a mesma abordagem.

Com base nessas avaliações, a administração concluiu que os saldos contábeis do ágio registrados em 31 de dezembro de 2025 são recuperáveis, uma vez que o valor estimado da UGC foi superior ao seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para impairment foi reconhecida.

14. Obrigações com terceiros

Os valores a repassar aos *merchants*, no montante de R\$10.815.126 (R\$11.653.733 em 31 de dezembro de 2024), correspondem principalmente a valores a serem pagos aos estabelecimentos comerciais relativos às transações realizadas por seus portadores de cartão, líquidos das taxas de intermediação e dos descontos aplicados.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

15. Obrigações com cotistas FIDC

As obrigações com os cotistas do FIDC totalizam R\$1.171.463 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.151.384 em 31 de dezembro de 2024) com custo médio de 107% do CDI. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a remuneração aos cotistas do FIDC totalizou R\$169.470 (R\$32.398 em 31 de dezembro de 2024).

16. Contas digitais

Refere-se ao montante de R\$ 833.022 (R\$1.058.279 em 31 de dezembro de 2024) das contas de pagamentos dos estabelecimentos comerciais para o qual o Grupo PagSeguro possui saldo em moeda eletrônica para atender a determinadas exigências, conforme mencionado na nota explicativa 7.

17. Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Salários e participações nos lucros	171.028	184.389
Encargos sociais	69.858	64.082
Encargos sociais (PILP) (i)	57.646	50.811
Outros	7.189	17.713
	305.721	316.995

(i) Refere-se aos encargos do plano de remuneração baseado em ações (PILP).

18. Impostos a pagar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Impostos		
COFINS (i)	408.868	408.327
PIS (i)	65.974	59.155
ISS (ii)	203.781	198.939
Imposto de renda e contribuição social (iii)	85.185	68.466
Outros	893	706
	764.701	735.593

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Depósitos judiciais (iv)		
COFINS (ii)	(221.191)	(203.507)
PIS (ii)	(35.944)	(33.070)
	(257.135)	(236.577)
	507.566	499.016

(i) Refere-se principalmente ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre receitas financeiras.

(ii) Refere-se aos impostos sobre receitas.

(iii) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social a pagar.

(iv) O Grupo PagSeguro obteve, até janeiro de 2021, decisões judiciais autorizando o depósito dos valores relacionados aos pagamentos discutidos nos itens "i" e "ii" acima em conta vinculada.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

19. Provisões para contingências

O Grupo PagSeguro é parte em litígios trabalhistas e cíveis em andamento e discute tais assuntos nas esferas administrativa e judicial, para os quais, em alguns casos, realizou os correspondentes depósitos judiciais. A probabilidade de um desfecho desfavorável é avaliada periodicamente e ajustada pela administração, quando apropriado. Essa avaliação considera a opinião de seus assessores jurídicos externos.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Cível	81.664	67.787
Trabalhistas	29.705	13.449
	111.369	81.236
Curto prazo	66.138	10.096
Longo prazo	45.231	71.140

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Em 31 de dezembro de 2023	48.845
Adições	75.005
Pagamentos	(50.971)
Atualizações	8.357
Em 31 de dezembro de 2024	81.236
Adições	87.984
Pagamentos	(62.536)
Atualizações	4.685
Em 31 de dezembro de 2025	111.369

O Grupo PagSeguro é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis com riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2025. As ações classificadas como perda possível totalizam R\$757.025 (R\$673.493 em 31 de dezembro de 2024).

Em 15 de outubro de 2021, o Grupo foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) pela não cobrança de IOF (“Imposto sobre Operações Financeiras”) sobre empréstimos intercompany. O IOF é aplicável a operações de crédito de qualquer natureza, incluindo empréstimos entre empresas do mesmo grupo. O valor dessa autuação totalizou R\$343.622 (R\$315.403 em 31 de dezembro de 2024).

O Grupo apresentou sua defesa, esclarecendo que as transações realizadas entre o PagSeguro e suas subsidiárias não configuram operações de crédito. O Grupo PagSeguro possui uma estrutura de caixa centralizada (cash pool) e, de acordo com a legislação, esse tipo de transação intercompany não é sujeito à incidência de IOF.

Adicionalmente, o Grupo possui uma contingência relacionada a tributos trabalhistas no montante de R\$214.223 (R\$196.713 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

20. Empréstimos

A composição dos empréstimos está a seguir:

Data de contratação	Data de vencimento	Taxa de juros	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Dezembro de 2024	Janeiro de 2025	106,6% do CDI	-	2.513.021
Março de 2024	Março de 2025	109,9% do CDI	-	762.078
Dezembro de 2024	Fevereiro de 2025	105,5% do CDI	-	350.168
Março de 2024 (i)	Março de 2025	110,2% do CDI	-	252.287
Dezembro de 2024 (i)	Dezembro de 2025	105,0% do CDI	-	643.949
Janeiro de 2025 (i)	Janeiro de 2026	107,0% do CDI	989.076	-
Dezembro de 2025	Março de 2026	102,9% do CDI	800.454	-
Dezembro de 2025 (i)	Dezembro de 2026	104,5% do CDI	647.316	-
			2.436.846	4.521.503

(i) Esses empréstimos foram contratados a taxa pré-fixada e em moedas estrangeiras; para ambas as variáveis, o Grupo contratou derivativos financeiros para conversão para CDI, conforme mencionado na nota 28.

O saldo de empréstimos refere-se a recursos destinados ao capital de giro relacionado à operação de antecipação aos lojistas e à concessão de crédito. Esses empréstimos possuem taxas de juros atrativas e prazo de vencimento substancialmente muito curto, portanto, a decisão de captar recursos por meio de empréstimos baseia-se em oportunidades de mercado e eficiência financeira, independentemente do instrumento utilizado.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo registrou os efeitos líquidos dos derivativos de swap designados para hedge contábil como um passivo no montante de R\$85.882, representados basicamente pelas diferenças de taxas de câmbio e pela volatilidade das taxas de juros existentes no momento da contratação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025. Mais detalhes sobre instrumentos financeiros são apresentados na nota 28.

A tabela abaixo apresenta a movimentação dos empréstimos:

Em 31 de dezembro de 2023	189.427
Adições	8.883.160
Pagamento de principal	(4.785.598)
Juros	234.514
Em 31 de dezembro de 2024	4.521.503
Adições	6.198.654
Pagamento de principal	(8.504.049)
Juros	220.738
Em 31 de dezembro de 2025	2.436.846

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Perdas	Diferencial de Alíquota LC 224	Lei do bem (i)	FIDC IN 1.585/2015	Outras diferenças temporárias – ativo (ii)	Outras diferenças temporárias – passivo (iii)	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.620	-	(715.970)	(1.305.511)	429.790	(225.974)	(1.816.045)
Incluído na demonstração do resultado	16.336	-	(123.044)	69.602	(57.394)	122.557	28.057
Outros (iv)	-	-	-	-	43.190	-	43.190
Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	17.956	-	(839.014)	(1.235.909)	415.586	(103.417)	(1.744.798)
Incluído na demonstração do resultado	(11.842)	(142.305)	(78.771)	129.012	90.856	(52.250)	(65.300)
Outros (iv)	-	-	-	-	64.738	(264)	64.474
Em 31 de dezembro de 2025	6.114	(142.305)	(917.785)	(1.106.897)	571.180	(155.931)	(1.745.624)
Ativo							624.383
Passivo							2.370.007

(i) Refere-se ao benefício concedido pela Lei da Inovação Tecnológica (Lei do Bem), que reduzi os encargos tributários sobre os valores capitalizados em ativos intangíveis.

(ii) A principal diferença temporária relacionada a outros ativos refere-se às perdas esperadas de crédito (Nota 9) e a tributos e contribuições (Nota 18).

(iii) A principal diferença temporária relacionada a outros passivos refere-se ao ganho sobre a propriedade das cotas do FIDC, que será realizado apenas no resgate dessas cotas.

(iv) O montante refere-se principalmente ao imposto sobre a marcação a mercado de contas a receber, com mais detalhes na nota 8.

Os impostos diferidos incluem o aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrente da Lei Complementar nº 224/2025, resultando em uma despesa no montante de R\$142.305.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais a compensar, na medida em que seja provável a realização do benefício tributário relacionado por meio de lucros tributáveis futuros.

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

O Grupo PagSeguro apurou o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro tributável. A seguir, apresenta-se uma reconciliação entre a despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social e a despesa que seria apurada mediante a aplicação da alíquota federal brasileira para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

21. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.011.121	1.848.440
Alíquota	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(683.781)	(628.472)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social:		
Brindes	(5.065)	(4.463)
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica (i)	304.009	299.205
Diferencial de alíquota (ii)	355.532	259.264
Lei Complementar Nº 224/2025 – (iii)	(142.305)	-
Outras adições (exclusões)	34.244	44.737
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(137.367)	(29.728)
Alíquota efetiva	7%	2%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(72.067)	(58.517)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(65.300)	28.789

- (i) Refere-se ao benefício concedido pela Lei de Inovação Tecnológica (Lei do Bem), que reduz os encargos de imposto de renda com base no montante investido pelo Grupo PagSeguro em determinados ativos intangíveis, conforme nota 13.
- (ii) Algumas entidades e fundos de investimento adotam regimes de tributação distintos, de acordo com as regras aplicáveis em suas respectivas jurisdições, o que difere da alíquota brasileira de 34% utilizada para fins desta nota.
- (iii) O valor refere-se ao aumento das alíquotas da CSLL decorrente da Lei Complementar nº 224/2025.

22. Patrimônio líquido e acionistas minoritários

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.473.662 (R\$4.670.580 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal. Para o exercício findo de 2025, o Grupo PagSeguro converteu o montante de R\$795.082 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024) através da sua reserva de lucros em capital social.

b) Reserva de capital

A reserva de capital somente pode ser utilizada para aumentar o capital, compensar prejuízos, resgatar, reembolsar ou adquirir ações, ou pagar dividendos cumulativos sobre ações preferenciais. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu movimentações na reserva de capital relacionadas aos custos do FIDM e do FIDC no montante de R\$2.263 (R\$392 em 31 de dezembro de 2024).

c) Outros resultados abrangentes

O Grupo PagSeguro reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros negativo no valor de R\$219.621 (R\$94.341 em 31 de dezembro de 2024), sendo um ajuste negativo de R\$120.692 (R\$85.472 em 31 de dezembro de 2024) devido a marcação a mercado dos ativos financeiros, um impacto negativo de R\$4.588 (impacto positivo de R\$2.266 em 31 de dezembro de 2024) referente ao efeito dos derivativos contratados nos empréstimos.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

22. Patrimônio líquido e acionistas minoritários (continuação)

d) Dividendos

Por meio de reuniões da Diretoria, foi aprovado em 25 de março de 2025 a distribuição de R\$10.238 referente aos dividendos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício de 2024, além disso foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares nos valores de R\$10.568 em 08 de maio de 2025 e R\$245.225 em 09 de maio de 2025, totalizando um montante de R\$266.031 de dividendos pagos absorvidos pela reserva de lucros. No segundo semestre de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$4.558.678 (R\$281.343 em 31 dezembro de 2024).

e) Acionistas minoritários

O Grupo PagSeguro possui participação de acionistas minoritários da sua controladora PagSeguro Digita Ltd. em seu capital referente ao FIDC, o montante representado por este totalizou R\$859.640 (R\$906.726 em 31 de dezembro de 2024).

23. Receita líquida

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Receita bruta de atividades de transação e de outros serviços (i)	9.296.100	9.691.208
Receita financeira bruta (ii)	11.888.002	9.391.238
Outras receitas financeiras brutas (iii)	869.825	561.720
Valor bruto total	22.053.927	19.644.166
Deduções da receita bruta de atividades de transação e de outros serviços (iv)	(953.367)	(960.666)
Deduções da receita financeira bruta (v)	(303.489)	(241.059)
Deduções da receita bruta de outras receitas financeiras (vi)	(236.884)	(195.271)
Total das deduções do valor bruto	(1.493.740)	(1.396.996)
Total das receitas	20.560.187	18.247.170

- (i) Inclui principalmente receitas de taxas de intermediação e taxa de adesão.
- (ii) Receita de antecipação de valores a pagar para terceiros.
- (iii) Inclui remuneração de aplicações financeiras
- (iv) Deduções consistem em tributos sobre as transações.
- (v) Deduções consistem em tributos sobre receitas financeiras;
- (vi) Deduções consistem em tributos sobre aplicações financeiras.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

24. Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Custos de transações (i)	(7.639.919)	(7.822.656)
Despesas com marketing e publicidade	(917.739)	(935.852)
Despesas de pessoal (ii)	(612.364)	(678.659)
Despesas financeiras (iii)	(6.295.199)	(3.959.419)
Chargebacks (iv)	(213.236)	(281.150)
Despesas com perda esperada de crédito (v)	(77.862)	(84.454)
Depreciação e amortização (vii)	(1.783.154)	(1.583.842)
Outras despesas (vi)	(1.009.593)	(1.052.698)
	(18.549.066)	(16.398.730)
Classificado como:		
Custo dos serviços prestados	(9.417.891)	(9.276.035)
Despesas de vendas	(1.835.034)	(1.938.659)
Despesas com perda esperada de crédito (v)	(77.186)	(84.454)
Despesas administrativas (iii)	(704.884)	(838.059)
Despesas Financeiras	(6.295.199)	(3.959.419)
Outras receitas (despesas), líquidas	(218.872)	(302.104)
	(18.549.066)	(16.398.730)

- (i) Os custos de transação são compostos principalmente por custos relacionados às taxas de intercâmbio dos emissores de cartão e às taxas das bandeiras.
- (ii) Despesas de pessoal incluem despesas de remuneração no montante de R\$76.888 relacionadas ao PILP no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$149.415 em 31 de dezembro de 2024). As despesas de pessoal incluem, ainda, a capitalização do PILP no valor de R\$93.937 exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$98.767 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Refere-se a: (i) antecipação de recebíveis, que totalizou R\$497.875 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$491.654 em 31 de dezembro de 2024), (ii) despesas de juros sobre empréstimos que totalizaram R\$5.398.909 (R\$2.434.542 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$5.178.170 (R\$2.259.601 em 31 de dezembro de 2024) com o BancoSeguro e (iii) juros dos cotistas do FIDC, no montante de R\$169.470 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$32.398 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) *Chargeback* refere-se a valores reconhecidos relacionados a: (i) operações de processamento de cartões (credenciamento e emissão) e perdas em contas digitais.
- (v) Despesas de provisão para perdas esperadas de crédito da carteira de crédito com a abertura por produto da seguinte forma R\$60.535 (R\$70.984 em 31 de dezembro de 2024) referente a cartão de crédito e R\$17.227 (R\$13.315 em 31 de dezembro de 2024) a carteira empréstimos.
- (vi) Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o valor é impactado por R\$156.079 (R\$163.891 em 31 de dezembro de 2024) relacionados à provisão de dispositivos POS, conforme descrito na nota 13. Além disso é impactado pelo consumo de software, serviços de nuvem e consultoria, que totalizaram R\$824.081 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$712.212 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

24. Despesas por natureza (continuação)

(vii) Os valores de depreciação e amortização incorridos no exercício são segregados entre custos e despesas, conforme apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Depreciação		
Custo dos serviços prestados (i)	(865.134)	(809.917)
Despesas de vendas	(8.592)	(1.995)
Despesas administrativas	(27.634)	(26.093)
	(901.360)	(838.005)
Amortização		
Custo dos serviços prestados	(940.403)	(788.752)
Despesas administrativas (ii)	(23.642)	(26.553)
	(964.045)	(815.305)
Créditos de PIS e COFINS (iii)	82.251	69.468
Despesas de depreciação e amortização, líquida	(1.783.154)	(1.583.842)

- (i) A depreciação dos POS no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$831.366 (R\$773.048 em 31 de dezembro de 2024)
- (ii) Incluídos nesse montante estão os valores referentes ao PILP no valor de R\$66.718 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$57.812 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) O Grupo PagSeguro possui um benefício fiscal de PIS e COFINS que permite reduzir a depreciação e a amortização sobre determinadas despesas operacionais quando incorridas. Esse benefício fiscal é reconhecido diretamente como redução das despesas de depreciação e amortização.

25. Instrumentos financeiros por categoria

O Grupo PagSeguro estima o valor justo de seus instrumentos financeiros utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

A interpretação dos dados de mercado, no que se refere à escolha de metodologias, exige julgamento considerável e o estabelecimento de estimativas para se atingir um montante considerado apropriado para cada situação. Portanto, as estimativas apresentadas podem não refletir necessariamente os valores que poderiam ser obtidos no mercado atual. O uso de diferentes premissas para calcular o valor de mercado ou o valor justo pode ter impacto material nos valores obtidos. Os ativos e passivos apresentados nesta nota foram selecionados com base em sua relevância.

O Grupo PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras consolidadas por seus valores contábeis são substancialmente semelhantes aos seus valores justos. Contudo, como não possuem mercado ativo, podem ocorrer variações caso o Grupo PagSeguro decida liquidá-los ou realizá-los antecipadamente.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

25. Instrumentos financeiros por categoria (continuação)

O Grupo PagSeguro classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.312.975	791.413
Títulos e valores mobiliários	420.785	251.913
Reserva compulsória	1.235.743	1.567.089
Contas a receber	51.875.316	49.305.851
Operações de crédito	1.015.809	672.720
Depósitos judiciais	235.511	209.204
Contas a receber de partes relacionadas	3.255.911	3.393.827
Outras contas a receber	183.684	163.161
Outros resultados abrangentes:		
Contas a receber	4.284.940	1.819.020
Outros resultados abrangentes:		
Instrumentos financeiros derivativos	4.894	58.470
	63.825.568	58.232.668
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Obrigações com terceiros	10.759.195	11.569.164
Contas digitais	833.022	1.058.279
Fornecedores	710.735	840.767
Contas a pagar de partes relacionadas	41.591.438	33.876.053
Empréstimos	2.436.846	4.521.503
Provisão para contingências	111.369	81.236
Receita diferida	109.765	145.786
Outros passivos	101.640	177.212
Outros resultados abrangentes:		
Instrumentos financeiros derivativos	85.882	-
Lucro ou prejuízo		
Instrumentos financeiros derivativos	1.378	-
	56.741.270	52.270.000

26. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades do Grupo PagSeguro o expõem a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito e risco de liquidez. O programa geral de gestão de riscos do Grupo PagSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do Grupo PagSeguro.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. No Grupo PagSeguro, o risco de mercado compreende risco de taxa de juros e risco cambial.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

26. Gerenciamento de riscos financeiros (continuação)

Risco de taxa de juros

O Grupo PagSeguro realizou uma análise de sensibilidade para os próximos doze meses relacionada aos riscos de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2025. Para essa análise, o Grupo PagSeguro adotou três cenários distintos: (i) manutenção da taxa atual de 14,90% do CDI, (ii) redução da taxa para 12,15% do CDI, considerado pela administração como o cenário provável, e (iii) cenário simulado, em que a taxa é reduzida apenas para 13,90% do CDI. Como resultado, as receitas financeiras (relacionadas a investimentos financeiros) e as despesas financeiras (relacionadas a certificados de depósito, títulos corporativos, contas bancárias e depósitos interfinanceiros) seriam impactadas da seguinte forma:

Transação	Risco de juros	Montante	Cenário provável com manutenção do CDI (14.90%)	Provável cenário com redução para 12.15%	Cenário simulado com redução para 13.90%
Investimentos com liquidez	100% do CDI	100.988	15.047	12.270	14.037
Títulos e valores mobiliários	103% do CDI	420.785	64.578	52.659	60.244
Contas a receber de partes relacionadas	106% do CDI	3.182.233	(502.602)	(409.840)	(468.870)
Reservas compulsórias	100% do CDI	1.235.743	184.126	150.143	171.768
Empréstimos	106% do CDI	2.436.846	(384.875)	(313.841)	(359.045)
Contas a pagar de partes relacionadas	106% do CDI	41.050.308	(6.483.486)	(5.286.869)	(6.048.352)
Contas digitais	46% do CDI	833.022	(57.095)	(46.558)	(53.263)
Total			(7.164.307)	(5.842.036)	(6.683.481)

Risco de fraude (chargeback)

As transações de venda do Grupo PagSeguro são suscetíveis a vendas potencialmente fraudulentas ou indevidas, e o Grupo utiliza os dois processos abaixo para controlar o risco de fraude:

(i) O primeiro processo consiste no monitoramento, em tempo real, das transações realizadas com cartões de crédito, cartões de débito e boletos, por meio de um sistema antifraude. Esse processo aprova ou rejeita transações suspeitas no momento da autorização, com base em modelos estatísticos revisados periodicamente.

(ii) O segundo processo detecta *chargebacks* e contestações não identificados pelo primeiro processo. Trata-se de um processo suplementar que aumenta a capacidade do Grupo PagSeguro de evitar novas fraudes. As despesas de *chargeback* do PagSeguro estão divulgadas na nota 24.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, resultando em perda financeira. O Grupo PagSeguro está exposto ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber) e de suas atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, além de outros instrumentos financeiros, como empréstimos e recebíveis de cartão de crédito dos clientes da Grupo.

Notas explicativas da demonstração financeira
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

26. Gerenciamento de riscos financeiros (continuação)

O risco de crédito é gerenciado de forma consolidada e, no caso das contas a receber, limita-se à possibilidade de inadimplência por parte de: (a) emissores de cartões, que têm a obrigação de repassar às bandeiras as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos portadores; (b) adquirentes, que são utilizados pelo Grupo PagSeguro para aprovar transações junto aos emissores; e (c) análise do histórico e perfil dos clientes para concessão de acesso à carteira de crédito.

Para mitigar esse risco, o Grupo instituiu um Comitê de Crédito, responsável por avaliar o nível de risco de cada emissor atendido pelo Grupo PagSeguro, classificando-os em três grupos:

- (i) Emissores de cartões com baixo nível de risco, com ratings atribuídos por FITCH, S&P e Moody's, que não requerem monitoramento adicional; e
- (ii) Emissores de cartões com nível médio de risco, que também são monitorados conforme métricas e indicadores financeiros; e
- (iii) Emissores de cartões com alto nível de risco, que são avaliados pelo comitê em reuniões mensais.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração avaliou o risco relacionado aos recebíveis de transações originadas por emissores de cartão sob cenários potenciais de liquidez e concluiu que não havia impacto material sobre as demonstrações financeiras.

O Grupo PagSeguro possui um processo de rating para empréstimos e crédito, baseado em modelos estatísticos de aplicação (para clientes na fase inicial de relacionamento) e *behavior scoring* (para clientes com histórico prévio). Trata-se de um processo de desenho, calibração e implementação de políticas e diretrizes para concessão de crédito e calibração das regras de cobrança.

Também há um processo para monitoramento do perfil de risco da carteira, com visão prospectiva, que gera sinais de alerta antecipados para as políticas de concessão de crédito e para os modelos de classificação de risco, de forma tempestiva.

Risco de Liquidação

O Grupo PagSeguro gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas bancárias e de crédito, a fim de obter captações quando consideradas apropriadas. O Grupo monitora continuamente os fluxos de caixa realizados e projetados e compatibiliza o perfil de vencimento de seus ativos e passivos financeiros para garantir recursos suficientes para honrar suas obrigações com terceiros e atender às suas necessidades operacionais.

O Grupo PagSeguro investe o caixa excedente em aplicações financeiras remuneradas, escolhendo instrumentos com vencimento adequado ou liquidez suficiente para proporcionar margem adequada conforme determinado pelas projeções. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo PagSeguro mantinha caixa e equivalentes de caixa de R\$1.312.975 (R\$791.413 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

26. Gerenciamento de riscos financeiros (continuação)

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não derivativos do Grupo PagSeguro, divididos nos grupos de vencimento relevantes, com base no período remanescente entre a data do balanço e a data contratual de vencimento. Os valores divulgados na tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Vence em 30 dias	Vence de 31 a 120 dias	Vence de 121 a 180 dias	Vence de 181 a 365 dias	Vence após 365 dias
Em 31 de dezembro de 2025					
Obrigações com terceiros	5.650.790	3.372.414	834.467	901.523	55.931
Contas digitais	838.388	-	-	-	-
Fornecedores	707.853	2.462	209	210	-
Contas a pagar de partes relacionadas	18.367.154	16.515.384	6.524.532	-	-
Empréstimos	1.002.181	832.272	-	724.509	-
	Vence em 30 dias	Vence de 31 a 120 dias	Vence de 121 a 180 dias	Vence de 181 a 365 dias	Vence após 365 dias
Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)					
Obrigações com terceiros	6.404.828	2.902.945	607.624	638.359	84.570
Contas digitais	1.063.644	-	-	-	-
Fornecedores	837.885	72.092	347	291	-
Contas a pagar de partes relacionadas	3.987.718	7.306.543	13.781.929	8.492.640	-
Empréstimos	2.540.481	1.409.264	0	707.278	-

Riscos sociais, ambientais e climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de perdas decorrentes da exposição a eventos de natureza social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pelo Grupo PagSeguro. A administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos aos quais seus negócios estão expostos e considera que esses fatores possuem baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo.

Apesar disso, o Grupo PagSeguro adota uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que orienta sua tomada de decisão e integra práticas sustentáveis em todas as suas operações. Essa política consolida os princípios e padrões que moldam a abordagem da Grupo em temas sociais, ambientais e climáticos, garantindo que essas considerações estejam incorporadas no desenvolvimento de produtos e serviços, bem como na interação com clientes, parceiros e demais partes interessadas.

Para mitigar riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles; acompanhar novas regulamentações relacionadas ao tema; e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco no Grupo PagSeguro.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

27. Instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting*

O Grupo PagSeguro negocia instrumentos financeiros derivativos (SWAPs e NDFs) para gerir suas exposições globais (câmbio, índice de inflação e taxa de juros).

i) *Hedge* de fluxo de caixa

Em dezembro de 2024, o Grupo PagSeguro celebrou um contrato de empréstimo no valor de €100 milhões, com vencimento de um ano a partir da data de contratação e pagamento em parcela única em dezembro de 2025, conforme mencionado na nota 20.

Em janeiro de 2025 e dezembro de 2025, o Grupo PagSeguro contratou empréstimos de €150 milhões, com taxa pré-fixada de 4,08%, e de €110 milhões, com taxa pré-fixada de 3,15%, respectivamente, ambos com vencimento de um ano a contar da data de contratação e pagamento em parcela única na data de vencimento, conforme mencionado na nota 20. Em ambas as operações, o Grupo contratou swaps com o objetivo específico de proteger tais empréstimos contra oscilações decorrentes da variação cambial, convertendo tanto o risco de câmbio quanto as taxas pré-fixadas para CDI, já que a estratégia da Grupo é manter todos os seus ativos e passivos financeiros referenciados ao CDI. Todos os valores estão totalmente cobertos pelos derivativos e possuem o mesmo prazo de vencimento. O Grupo não possui qualquer valor reclassificado para o resultado proveniente do ORA no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em dezembro de 2025, o Grupo PagSeguro contratou um *Non-Deliverable Forward* (“NDF”) com o objetivo específico de proteger parte das aquisições de POS contra oscilações decorrentes da variação cambial, convertendo o risco de dólares para reais (BRL).

Abaixo está a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor do ativo, valor do passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado no ORA:

31 de dezembro de 2025					
Fator de Risco	Passivos (i)	Instrumentos financeiros (ii)	Valor justo	MTM	
Swap de câmbio EU€ 110M	(647.386)	(8.266)	(4.384)	(3.882)	
Swap de câmbio EU€ 150M	(992.375)	(30.285)	(26.437)	(3.848)	
NDF de câmbio USD	(213.324)	4.464	-	4.464	
31 de dezembro de 2024 (não auditado)					
Fator de Risco	Passivos (i)	Instrumentos financeiros (ii)	Valor justo	MTM	
Swap de câmbio EUR	(644.960)	2.437	7.024	(4.587)	
Swap de câmbio USD	(253.098)	55.467	47.760	7.707	

(i) Os valores incluem tributos que foram apresentados em impostos e contribuições.

(ii) No balanço patrimonial, os valores apresentados em instrumentos financeiros derivativos incluem outros instrumentos financeiros não designados para contabilidade de *hedge*.

28. Itens que não afetam o caixa

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024 (não auditado)
Atividades que não afetam o caixa		
MTM de ativos financeiros	(182.677)	(82.437)
Atividades de investimentos não financeiras		
Leasing	10.719	8.660

Notas explicativas da demonstração financeira
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

29. Mensuração ao valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo (preço de saída) no mercado principal ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de três níveis é utilizada para mensurar o valor justo, conforme apresentado abaixo:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Level 2 – Entradas que não são preços cotados incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (como dados derivados de preços).
- Level 3 – Entradas para ativos e passivos que não se baseiam em dados observáveis de mercado (isto é, entradas não observáveis).

O Grupo PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras consolidadas por seus valores contábeis são substancialmente semelhantes ao seu valor justo. No que se refere aos ativos financeiros, estes são compostos por contas a receber de emissores e adquirentes de cartões de crédito/débito originadas das transações processadas pela plataforma de pagamentos do Grupo PagSeguro, compostas por transações aprovadas por grandes instituições financeiras no curso normal dos negócios. Os investimentos financeiros são representados por títulos públicos com preços cotados em mercado ativo e reconhecidos no balanço com base em seu valor justo.

Os passivos financeiros são representados principalmente por depósitos e obrigações de curto prazo a pagar aos lojistas, que são liquidados conforme os contratos firmados com os estabelecimentos, além de outras obrigações de curto prazo com prestadores de serviços no curso normal das operações e que, portanto, também se aproximam de seus valores justos. Não houve transferências entre os Níveis 1, 2 e 3 em 2025.

Notas explicativas da demonstração financeira
 Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

29. Mensuração ao valor justo – (continuação)

A tabela a seguir apresenta a hierarquia de mensuração de valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo PagSeguro em 31 de dezembro de 2025:

	31 de dezembro de 2025	
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.312.975
Títulos e valores mobiliários	-	420.785
Reservas compulsórias	1.235.743	-
Contas a receber	-	56.160.256
Operações de crédito	-	1.015.809
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.894
Depósitos judiciais	-	654.768
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.865.261
Outras contas a receber	-	808.067
Passivos financeiros		
Obrigações com terceiros	-	10.759.195
Contas digitais	-	833.022
Fornecedores	-	710.735
Contas a pagar de partes relacionadas	-	41.591.438
Empréstimos	-	2.436.846
Dividendos a pagar	-	3.344.150
Instrumentos financeiros derivativos	-	87.260
Provisão para contingências	-	66.138
Receita diferida	-	97.512
Outros passivos	-	101.640
	31 de dezembro de 2024 (não auditado)	
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	-	791.413
Títulos e valores mobiliários	-	251.913
Reservas compulsórias	1.567.089	-
Contas a receber	-	53.590.791
Operações de crédito	-	672.720
Instrumentos financeiros derivativos	-	58.470
Depósitos judiciais	-	318.197
Contas a receber de partes relacionadas	-	3.061.109
Outras contas a receber	-	596.703
Passivos financeiros		
Obrigações com terceiros	-	11.569.164
Contas digitais	-	1.058.279
Fornecedores	-	840.767
Contas a pagar de partes relacionadas	-	33.876.053
Empréstimos	-	4.521.503
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.788
Provisão para contingências	-	10.096
Receita diferida	-	74.647
Outros passivos	-	177.212

Notas explicativas da demonstração financeira
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

30. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, o Grupo PagSeguro pagou R\$961.658 referentes a um empréstimo contratado em janeiro de 2025. Além disso, em fevereiro de 2026 o Grupo contratou um novo empréstimo no montante de R\$620.690, com taxa de juros de 106% do CDI e vencimento de um ano a partir da data de contratação.

Em Janeiro, 2026, o Grupo PagSeguro realizou o pagamento de R\$250.000 de dividendos provisionados aos seus acionistas controladores.

* * *